



O Papel do Técnico Oficial de Contas na Elaboração dos Relatórios de Sustentabilidade

Um estudo aplicado às maiores empresas portuguesas

Dissertação apresentada para a obtenção do grau de mestre em
Contabilidade e Finanças

Ângela Maria Moreira Lima

Orientador: Professor Doutor Jorge Faria

Coorientadora: Professora Doutora Susana Leal

2014

Ao Ricardo, que sempre acreditou em mim

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento gostaria de o dirigir aos meus orientadores. À Prof.^a Susana Leal, e ao Prof. Jorge Faria, pela disponibilidade permanente, pelo apoio a nível científico e pedagógico, pelas permanentes palavras de incentivo e motivação e pelos constantes desafios que me colocaram ao longo da elaboração da dissertação.

Aos colegas e amigos da Escola Superior de Gestão e Tecnologia de Santarém, em especial para as colegas Mónica Galinha, Maria Teresa Ferreira e Catarina Cândido, a quem agradeço o companheirismo e o espírito de entreaajuda que tivemos no decorrer do mestrado.

Um especial agradecimento também aos meus colegas de trabalho, Dr. José Manuel Pereira, Ana Oliveira, Carla Henriques e Olga Cipriano, pela amizade, apoio e incentivo nos momentos mais difíceis.

Um agradecimento muito especial para a minha família, para a minha mãe, pelos valores transmitidos e pelo apoio dado ao longo destes anos. Aos meus sobrinhos, André e Duarte pelos momentos de alegria que me dão todos os dias.

O meu último agradecimento é dirigido ao Ricardo, pelo amor, carinho, amizade e constante incentivo para chegar sempre mais além.

Resumo

A elaboração e divulgação dos relatórios de sustentabilidade são um novo desafio para as empresas, estando o campo de investigação em torno do assunto em crescente desenvolvimento. Estes relatórios assumem-se como um veículo importante na divulgação das práticas de responsabilidade social das empresas, procurando demonstrar e comunicar os vários contributos de uma empresa face ao *Triple Bottom Line*.

A comunicação da sustentabilidade tem de ser percebida pelas empresas como uma ferramenta de gestão utilizada para alcançar o melhor desempenho organizacional não só ao nível das empresas de maior dimensão, mas também ao nível das PME's onde por vezes o Técnico Oficial de Contas (TOC) é o único técnico especializado. O TOC conhece a realidade de cada empresa, por isso deve ser integrado nas equipas que elaboram e publicam os relatórios de sustentabilidade.

O presente trabalho tem como objetivo elaborar um retrato da realidade portuguesa face à participação do TOC na elaboração de Relatórios de Sustentabilidade, assim, considerando o grupo das 500 maiores empresas portuguesas (*cf.* revista Exame, 2012), estudamos quais as empresas que publicam relatórios de sustentabilidade e destas qual o papel do TOC na sua preparação e elaboração.

O levantamento desta informação foi efetuado através do envio de questionários disponibilizados numa plataforma *online*, entre os meses de abril a junho de 2013. Obteve-se uma amostra de 35 empresas.

Conclui-se que a publicação de relatórios de sustentabilidade ainda não é prática comum, apenas 43% das empresas inquiridas elaboram relatórios de sustentabilidade, 73% destas empresas utilizam a informação produzida pelo TOC na elaboração o seu relatório de sustentabilidade, mas não os incluem nas equipas de preparação (73%), sendo a sua principal função fazer uma extensão mais detalhada dos relatórios financeiros.

Palavras-Chave: Responsabilidade social das empresas, Relatórios de Sustentabilidade, Técnico Oficial de Contas.

Abstract

The development and dissemination of sustainability reporting is a new challenge for companies, with the field research around the subject in constant development. These reports are assumed as an important vehicle in the disclosure practices of Corporate Social Responsibility, seeking to demonstrate and communicate the various contributions of a company against the Triple Bottom Line.

The communication of sustainability has to be perceived by companies as a management tool used to achieve better organizational performance not only at the level of larger companies, but also at the level of SMEs where sometimes the Chartered Accountant (TOC) is the only technician. The TOC knows the reality of each company, so it should be integrated into the teams that prepare and publish sustainability reports.

This work aims to develop a picture of the Portuguese reality, regarding the participation of the TOC in the preparation of Sustainability Reports, considering the group of the 500 largest Portuguese companies (cf. Revista Exame, 2012), from this group, how many companies publish reports sustainability and what role those the TOC have in their preparation and elaboration.

The data for this study was obtained by a survey provided in an online platform, between the months from April to June 2013. The studied sample was 35 companies. It is concluded that the publication of sustainability reports is not yet common practice, only 43% of companies surveyed prepare sustainability reports, 73% of these companies use information produced by TOC in preparing their sustainability report, but do not include them in the preparation teams (73%), being their main function to further extend the detail of the financial reports.

Key Words: Corporate Social Responsibility, Sustainability Reporting, Accountants, Big Companies

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	2
2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS	4
2.1 – Aparecimento e evolução do conceito de desenvolvimento sustentável	4
2.2 – Responsabilidade social das empresas	7
3. COMUNICAR A SUSTENTABILIDADE	14
3.1. Relatórios de Sustentabilidade	14
3.2. Organizações e normas relevantes aplicáveis na elaboração de relatórios de sustentabilidade	17
3.2.1 - Organização Internacional do Trabalho	17
3.2.2 - Declaração dos direitos Humanos das Nações Unidas	19
3.2.3 – Organização para a cooperação e desenvolvimento económico (OCDE)	20
3.2.4 - AccountAbility	22
3.2.5 - International Organization of standardization	23
3.2.6 - Global Reporting Initiative	26
3.2.7 - <i>United Nations Global Compact</i>	30
3.3. Motivações, Dificuldades e Impactos na elaboração de relatórios de sustentabilidade nas empresas Portuguesas	31
3.4. Destinatários dos relatórios de sustentabilidade	33
3.5. Outros estudos relevantes	35
3.6. Normas de verificação dos relatórios de sustentabilidade	40
3.7. O Relato da Sustentabilidade e o papel do Técnico Oficial de Contas	41
4. O PAPEL DO TOC NA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE - ESTUDO EMPIRICO	44
4.1. OBJETIVOS E HIPÓTESES A TESTAR	44
4.2. METODOLOGIA	46
4.2. 1 - Questionário e procedimentos	46
4.2.2. Amostra e caraterização das empresas e dos respondentes	48
4.3. RESULTADOS	50
4.3.1 - A publicação de relatórios de sustentabilidade: Apresentação de resultados	50
4.3.2 - Departamento responsável pela preparação do relatório de sustentabilidade	56
4.3.3- A participação do Técnico Oficial de Contas nos relatórios de sustentabilidade	57

4.3.4- Papel/função que o TOC desempenha na elaboração do relatório de sustentabilidade	59
4.3.5- Verificação externa dos relatórios de sustentabilidade	60
4.3.6- A não publicação de relatórios de sustentabilidade: práticas e motivações	61
5. CONCLUSÃO	65
BIBLIOGRAFIA.....	67
APÊNDICES	72

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1- Pirâmide de Carrol;.....	11
Figura 2- Modelo de RSE com três domínios	12
Figura 3- Visão geral das diretrizes da GRI.....	26
Figura 4- Indicadores de Desempenho GRI.....	29
Figura 5 - Benefícios identificados pela publicação de relatórios de sustentabilidade.	35
Figura 6 - Dificuldades identificadas na publicação de relatórios de sustentabilidade	36
Figura 7 - Registo anual de Relatórios de Sustentabilidade.	37
Figura 8 - Registo anual de Relatórios de Sustentabilidade.	37
Figura 9 - Países com maior ou menor % de relatórios de sustentabilidade segundo a GRI.	38

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Princípios da OCDE.....	21
Tabela 2 - Princípios AA1000 da AccountAbility	23
Tabela 3 - Princípios dos Relatórios de Sustentabilidade	28
Tabela 4 - <i>Princípios da Global Compact</i>	30
Tabela 5 – Destinatários dos Relatórios de Sustentabilidade.....	33
Tabela 6 - Perfil das empresas (n=35).....	49
Tabela 7 – Reportar a sustentabilidade.....	50
Tabela 8 – Ano de início da publicação do relatório de sustentabilidade – por áreas.....	52
Tabela 9 – Definições de sustentabilidade (n=15)	56

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Periodicidade de relato do relatório de sustentabilidade	51
Gráfico 2 – Fatores motivacionais para a elaboração do relatório de sustentabilidade.....	53
Gráfico 3 – Principais benefícios com a publicação do relatório de sustentabilidade	54
Gráfico 4 – Principais constrangimentos com a publicação do relatório de sustentabilidade	54
Gráfico 5 – Normas seguidas na elaboração do relatório de sustentabilidade	55
Gráfico 6 – Departamento responsável pela elaboração do Relatório de sustentabilidade	57
Gráfico 7 – Percentagem de empresas que utilizam a informação produzida pelo TOC	58
Gráfico 8 – Principais razões de utilização do TOC	59
Gráfico 9 – Principais funções do TOC	59
Gráfico 10 – Principais razões da não utilização do TOC	60
Gráfico 11 - Verificação Externa	61
Gráfico 12 - Motivações para a não publicação de relatórios de sustentabilidade	62

ABREVIATURAS UTILIZADAS

CERES – *Coalition Environmentally Responsible Economics*

CSC – Código das Sociedades Comerciais

GRI – *Global Reporting Initiative*

ISO – *International organization of standardization*

OCDE – Organização para a cooperação e do desenvolvimento económico

OIT – Organização internacional do trabalho

OTOC – Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

ONU – Organização das Nações Unidas

PCN – Ponto de contacto nacional

PME – Pequena e Média empresa

RSE – Responsabilidade social das empresas

TBL – *Triple bottom line*

TOC – Técnico Oficial de Contas

U.E – União europeia

WCED – *World Commission on Environment and Development*

1. INTRODUÇÃO

1.1 - Interesse do tema, problemática e relevância

Nas últimas duas décadas tem-se verificado um aumento da publicação de relatórios de sustentabilidade, quer a nível nacional, quer internacional. Apesar desta prática em Portugal constituir um ato voluntário por parte das empresas, já existem normativos que sugerem a inclusão de informação de carácter social e ambiental nos seus relatórios anuais.

Comunicar a sustentabilidade tem-se revelado um fator diferenciador junto da concorrência e de todos os *stakeholders*, uma vez que todas as empresas querem ser vistas como modernas e sofisticadas. Este tipo de comunicação permite atenuar o risco, proteger a imagem corporativa e assegurar uma posição competitiva. O relatório de sustentabilidade transmite uma imagem clara dos valores e princípios de cada organização, das práticas de gestão e ainda do desempenho dos trabalhadores. Este tipo de relatório ao apresentar os desafios para o desenvolvimento sustentável possibilita a todos os *stakeholders* uma avaliação dos riscos e da viabilidade da empresa. Por isso, as empresas estão a publicar cada vez mais informação relativamente à sustentabilidade, no entanto ainda não existe um consenso relativamente a que tipo de informação publicar, onde e quando publicar e a quem deve ser entregue a responsabilidade da publicação.

O Técnico Oficial de Contas (TOC), com a competência profissional que lhe é reconhecida, poderá vir a assumir um papel importante na elaboração dos relatórios de sustentabilidade, podendo daqui resultar novas oportunidades de trabalho e de diversificação da sua atividade (Caseirão, 2012).

Em Portugal desconhecem-se trabalhos acerca do papel Técnico Oficial de Contas na elaboração de relatórios de sustentabilidade. Assim, face ao exposto e para acompanhar alguns dos estudos efetuados a nível internacional, nomeadamente “*The Role of accountants in sustainability reporting – A local government study*”, de Williams et al. (2010), este trabalho será de uma particular pertinência.

1.2 - Objetivos

A presente investigação tem como objetivo alertar não só os Técnicos Oficiais de Contas que existem novas áreas onde expandir a sua área de negócio, mas também alertar as empresas que poderão confiar nas competências técnicas por este adquiridas ao longo do tempo, para relatar de uma forma clara e fidedigna as ações de sustentabilidade desenvolvidas pelas empresas.

Mais especificamente, com este trabalho pretende-se: (i) elaborar um retrato da realidade portuguesa face publicação dos relatórios de sustentabilidade; (ii) aferir o papel do TOC na elaboração de relatórios de sustentabilidade.

1.3 - Contribuições esperadas

Com a presente dissertação pretende-se aprofundar o conhecimento nesta área de investigação, proporcionando evidência empírica baseada nas 500 maiores e melhores empresas Portuguesas. Pretende-se, assim, dar a conhecer o atual estado da arte quanto à publicação dos relatórios de sustentabilidade em Portugal, assim como, aprofundar e desmistificar a função que é exercida ou que deve ser assumida pelo TOC na elaboração de relatórios de sustentabilidade.

1.4 - Estrutura

O presente trabalho estará dividido em cinco capítulos. A introdução ao tema far-se-á no primeiro capítulo, aqui faz-se a contextualização do tema, assim como se apresentam os principais contributos pretendidos com este estudo. No segundo capítulo apresenta-se a revisão da literatura, a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável e de responsabilidade social. Com terceiro capítulo são expostas as formas de comunicar a sustentabilidade, assim como a apresentação do conceito de relatório de sustentabilidade. Neste capítulo serão apresentadas algumas normas que servem de base para a elaboração deste tipo de relatórios, assim como serão explanados alguns estudos relevantes desenvolvidos nesta área, quer a nível internacional quer a nível nacional. No capítulo 4, serão apresentados as hipóteses de investigação, a caracterização da amostra, descreve-se a metodologia utilizada na investigação, apresenta-se os resultados obtidos comparando-os com outros estudos já efetuados. Por fim, no capítulo 5 apresenta-se as conclusões, assim como as limitações ao estudo e serão propostos alguns trabalhos futuros.

2. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS EMPRESAS

Neste capítulo pretende-se focar o aparecimento e a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável, focando os principais acontecimentos neste âmbito. Pretende-se ainda apresentar alguns dos principais conceitos de responsabilidade social.

2.1 – Aparecimento e evolução do conceito de desenvolvimento sustentável

O conceito de sustentabilidade desde há muito que é discutido, tendo sofrido evoluções conceptuais.

As primeiras referências a esta temática datam do século XVIII, por Malthus, Mill e Ricardo (1798). Estes autores são referenciados por terem sido os primeiros a identificar a importância dos recursos naturais para o desenvolvimento económico. De notar, que nesta altura os problemas de sustentabilidade residiam na resolução do problema da escassez de comida e nas capacidades de satisfazer as necessidades da população através dos recursos naturais que resultavam da exploração de terras. Apenas no século XX, em 1930, a teoria económica começou a incluir nas suas temáticas os problemas associados ao ambiente.

Em 1970, iniciou-se a teoria neoclássica, onde o crescimento económico é visto como o resultado do investimento em maquinaria e em mão-de-obra. Neste modelo, os recursos naturais não eram valorizados, aspeto que se veio a revelar errado na atualidade.

Assim, em 1972 realizou-se em Estocolmo primeira conferência internacional, onde se reuniram nações ricas, pobres e diferentes grupos de interesse. Nesta conferência foi assinada uma declaração entre todos os países industrializados, que continha um conjunto de princípios de proteção ambiental, e as formas como deveriam ser implementados. Desta conferência, também resultou a criação de um programa a nível mundial, que tem como missão melhorar a qualidade de vida da população atual sem

comprometer a satisfação das necessidades das gerações vindouras – o Programa das Nações Unidas para o meio ambiente.

Em 1973, as Nações Unidas elabora a Resolução 38/161, 19 de dezembro de 1973, em relação ao processo para a preparação de uma perspectiva ambiental para o ano 2000 e posteriores. Daqui resultou a criação da *World Commission on Environment and Development* (WCED), que tinha como objetivo criar uma publicação sobre os aspetos ambientais para o século XXI.

Surge então, em 1987, a partir da WCED, o relatório de Brundtland. Este defende que “o desenvolvimento sustentável requer uma unificação da economia e da ecologia nas relações internacionais” (Brundtland¹, 1987, p.50). Este relatório veio afirmar que os problemas ambientais críticos resultaram essencialmente da pobreza existentes nos países do sul e dos padrões não sustentáveis de consumo dos países do norte. Neste relatório podemos identificar os três componentes fundamentais do desenvolvimento sustentável: Ambiente, Economia e Sociedade. A definição de desenvolvimento sustentável apresenta-se como “aquele que garante a satisfação das necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazer as suas próprias necessidades” (Brundtland, 1987, p.15).

Segundo Santos, Silva, Sampaio, Henriques e Eusébio (2005), foi através da publicação do relatório Brundtland que o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser aceite globalmente. Esta alteração de paradigma atingiu a sua expressividade na Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e Desenvolvimento, denominada por Cimeira da Terra. Realizada em julho de 1992, no Rio de Janeiro, teve como objetivo reafirmar a posição já anteriormente tomada na conferência de Estocolmo e definiu que o desenvolvimento sustentável deveria basear-se em duas dimensões, o desenvolvimento económico e a proteção do ambiente. A declaração do Rio sobre ambiente e desenvolvimento proclama, por entre os 27 princípios acordados, que “os seres humanos estão no centro das preocupações do desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza” (Nações Unidas, 1992).

¹ Também designado por “*Our Common Future*”

A Agenda 21 surge então como a principal resolução desta conferência. Tendo como principal objetivo preparar o mundo para os desafios do próximo século. Este programa reúne o consenso e empenho de todos os países envolvidos para a resolução de problemas de desenvolvimento e ambiente. A agenda 21 marca o início de uma parceria global para o desenvolvimento sustentável e defende que qualquer estratégia desta natureza deve assentar essencialmente em três pilares: igualdade social, ambiental e económica.

Assim, como definido na cimeira da Terra, em 1997, procedeu-se à revisão da implementação por parte dos países das medidas definidas pela Agenda 21. Desta forma, na 19ª Sessão especial das Nações Unidas, conclui-se que apesar destas medidas terem sortido algum resultado positivo não foram suficientes e a situação encontrava-se mais preocupante do que em 1992. O estado global do ambiente estava a deteriorar-se e era preciso adotar a “futura implementação da Agenda 21”. Continuava a existir problemas ambientais cuja origem estava nas características socioeconómicas dos diferentes países (Santos et al., 2005).

A integração dos três pilares do desenvolvimento sustentável era cada vez mais urgente. Por isso, em 2002, realizou-se a cimeira de Joanesburgo pelo facto de se reconhecer que estas áreas estavam a ser desenvolvidas separadamente rumo ao desenvolvimento sustentável e por isso era necessário conseguir interligar a estratégia da empresa nas suas diversas áreas.

Mais recentemente, em 2012, realizou-se a conferência Rio+20, denominada também “O Futuro que queremos”. Assim, foram reforçados os planos de ação até 2030, estando previsto a revisão do programa para 2015. As ações desenvolvidas assentam na reafirmação dos princípios da conferência do Rio, assim como definem que a “economia verde” no contexto do desenvolvimento da sustentabilidade não se trata de um conjunto de regras rígidas, mas sim a estrutura para a tomada de decisões para que se consiga integração total dos três pilares do desenvolvimento sustentável.

Assim, as empresas estão conscientes de que o seu sucesso e futuros benefícios não se obtêm através da focalização na maximização do lucro, mas também através de comportamentos coerentes e responsáveis. Estas contribuem para o desenvolvimento sustentável, “gerindo as suas operações de modo a conciliar o crescimento económico e

umentar a competitividade, ao mesmo tempo que asseguram a defesa do ambiente e promovem a responsabilidade social”. (Comissão das Comunidades Europeias, 2002, p.5).

Segundo a Comissão das Comunidades Europeias (2002, p.6), “a RSE está estritamente associada ao conceito de desenvolvimento sustentável” uma vez que as empresas integram nas suas operações preocupações a nível económico, social e ambiental.

2.2 – Responsabilidade social das empresas

O conceito de responsabilidade social das empresas (RSE) não é estático. Varia de sociedade para sociedade, assim como consoante o nível de desenvolvimento cultural, económico e político dos países. Para além das várias definições de conceito de responsabilidade social, são também variadas as abordagens e as teorias existentes sobre esta temática.

2.2.1 – Abordagem da Comissão Europeia

Segundo o Livro Verde (Comissão das Comunidades Europeias, 2001) são cada vez mais as empresas que promovem estratégias de responsabilidade social como reação a diversas pressões de natureza social, ambiental e económica.

No contexto empresarial, a RSE emergiu como uma temática que suscitou especial interesse, essencialmente, desde a publicação do Livro Verde sobre o tema, em 2001 denominado por *Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. As preocupações das empresas neste domínio influenciam os seus objetivos, estratégias e a própria definição de valores.

O Livro verde definia, em 2001, RSE como “a integração voluntária de preocupações sociais e ambientais por parte das empresas nas suas operações e na sua interação com outras partes interessadas” (Comissão das Comunidades Europeias, 2001). Neste contexto, para além do cumprimento de todas as obrigações legais, a empresa devia investir em outras áreas, como o capital humano, o ambiente e a comunidade.

Neste contexto, a RSE pode ser definida como um conceito segundo o qual as empresas decidem, numa base voluntária, contribuir para uma sociedade mais justa e para um ambiente mais limpo. Este livro enumera alguns fatores que motivam a evolução da RS pelas empresas, nomeadamente: (a) as novas preocupações e expectativas dos cidadãos, dos consumidores, das autoridades públicas e dos investidores num contexto de globalização; (b) os critérios sociais que possam exercer influência sobre as decisões, quer das pessoas singulares quer das coletivas, tanto na qualidade de consumidores como de investidores; (c) a preocupação crescente face aos danos provocados no meio ambiente pelas atividades económicas; e (d) a transparência dada pela comunicação social à atividade da empresa. (Comissão das Comunidades Europeias, 2001).

No entanto, com a última publicação em 2011 da Comissão Europeia, documento denominado por *Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período 2011-2014*, o conceito de RSE foi redefinido para “A responsabilidade das empresas pelo impacto que têm na sociedade”. Para tal, as empresas devem adotar comportamentos socialmente responsáveis de índole social, ambiental e ética. Estas deverão perceber que “encarar a responsabilidade social de uma perspetiva estratégica é cada vez mais importante para a competitividade das empresas” por todos os benefícios que origina em todas as suas áreas (Comissão das Comunidades Europeias, 2011, p.4).

A RSE pode ser dividida em duas dimensões, a interna e a externa (Comissão das Comunidades Europeias, 2001)

A nível da dimensão interna, a RSE focaliza-se na gestão dos recursos humanos, na saúde e segurança no trabalho, na adaptação à mudança e na gestão do impacto ambiental (Comissão das Comunidades Europeias, 2001). Quanto à gestão dos recursos humanos, uma empresa socialmente responsável procura incluir a aprendizagem durante todo o percurso na empresa, incutir a responsabilização dos trabalhadores, promover uma melhor informação dentro da organização, proporcionar o equilíbrio entre a vida profissional e a vida familiar, entre outras medidas. No domínio da saúde e segurança no trabalho, existe legislação que a empresa tem de aplicar, assim como, investir na formação nesta matéria, permitindo uma melhoria contínua no processo de certificação das condições de segurança. No que diz respeito à adaptação à mudança, caso seja necessário uma reestruturação, deverão todos os elementos da organização estar informados de todo o processo, só assim é garantindo o sucesso deste processo de

transição. Na área da gestão do impacto ambiental e dos recursos naturais deverá ter em consideração, a redução na exploração dos recursos, assim como na emissão de gases poluentes, de uma forma geral, e reduzir as despesas energéticas.

Na dimensão externa são outras as áreas em que a empresa se concentra, nomeadamente as comunidades locais, os parceiros comerciais e consumidores, os direitos humanos e as preocupações ambientais globais (Comissão das Comunidades Europeias, 2001). Nas comunidades locais uma empresa socialmente responsável contribui para a sociedade com emprego, remunerações e impostos. Tal contribuiu para que a empresa desenvolva junto da comunidade uma boa imagem, este fator influencia a sua competitividade. Quanto às preocupações ao nível dos parceiros comerciais e consumidores, a empresa procura fornecer de forma ética, eficiente e ecológica, produtos e serviços que os consumidores desejam e/ou necessitem. Deverá estabelecer relações duradouras com os seus clientes, assegurando que toda a organização se centra em compreender as necessidades dos clientes, prestando serviços de qualidade e com fiabilidade. A organização deverá ter uma forte preocupação na área dos direitos humanos, através da verificação contínua do cumprimento e aplicação dos códigos, sendo esta verificação realizada segundo normas e padrões cuidadosamente definidos. Não será apenas da dimensão interna que a organização deverá ter preocupações ambientais. Muitos problemas ambientais têm efeito transfronteiriço. Assim, a organização deverá promover um melhor desempenho ambiental ao longo de toda a sua cadeia de produção.

2.2.2 – Abordagem de Carrol

Uma das abordagens mais conhecida a nível internacional é a de Carrol (Pedersen, 2008). Segundo Carroll (1979), a RSE envolve quatro tipos de responsabilidade: económicas, legais, éticas e discricionárias (Figura 1- Pirâmide de Carrol).

Apesar do autor apresentar em forma piramidal as quatro dimensões da RSE, este defende que as empresas não deverão olhar para estas áreas de uma forma individualizada e sequencial. Deverão sim encarar estas áreas como um todo e tentar cumprir simultaneamente os objetivos a que se propõe a todos os níveis (Carrol, 1991).

Segundo Carrol (1979, 1991, 1998) as responsabilidades económicas são o principal alicerce onde assentam todas as outras responsabilidades. A empresa deverá preocupar-se em produzir bens e serviços e vendê-los de uma forma rentável.

No âmbito das responsabilidades legais, as empresas deverão desenvolver a sua atividade económica de acordo com as normas e leis definidas. Tanto as responsabilidades económicas como as responsabilidades éticas são exigidas a todas as empresas.

As responsabilidades éticas englobam todos os comportamentos éticos que as empresas possuem. Este aspeto tem vindo a ganhar cada vez mais importância, pois a tolerância da sociedade para comportamentos não éticos é cada vez menor. Cada decisão tomada deverá considerar as consequências que poderão advir para os outros.

As responsabilidades discricionárias (também designadas por filantrópicas pelo autor) correspondem às ações levadas a cabo pelas empresas em resposta às expectativas da sociedade. Constituindo assim, um conjunto de práticas voluntárias que se sobrepõem às responsabilidades éticas e legais, assumindo um papel muito importante na estratégia da empresa.

No entanto este modelo apresentava algumas limitações, nomeadamente (Schwartz & Carrol, 2003): a) a configuração em forma de pirâmide fazia parecer que as responsabilidades discricionárias/filantrópicas eram mais importantes que as responsabilidades económicas; b) o formato da pirâmide também não fazia transparecer que os domínios se interligavam; c) verificaram que muitas vezes as responsabilidades filantrópicas se poderiam enquadrar, no domínio da responsabilidade ética ou económica.

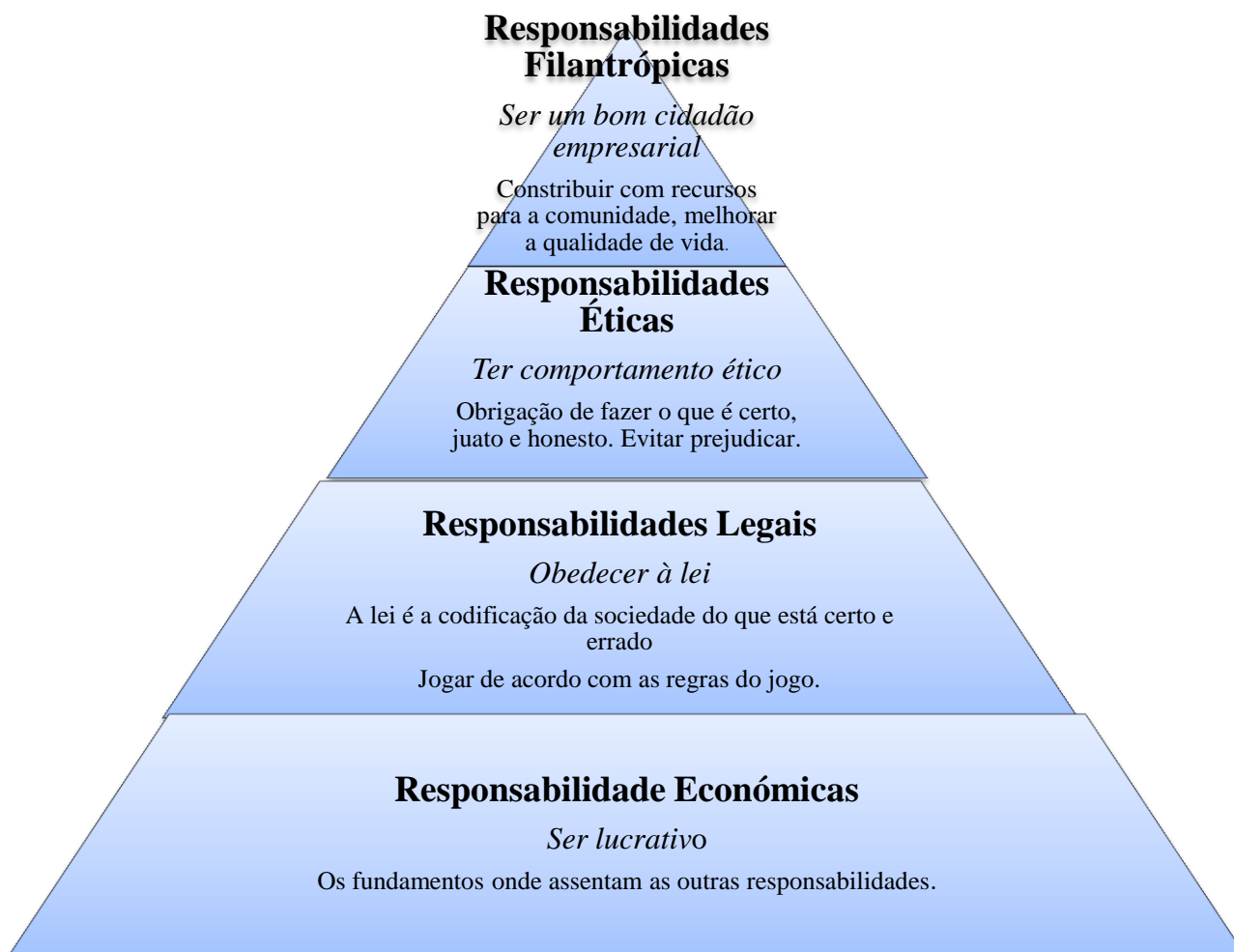


Figura 1- Pirâmide de Carrol

Fonte: Carrol (1991)

Desta forma, Schwarts e Carroll (2003) apresentaram um modelo de RSE baseado apenas em três domínios: económico, legal e ético (Figura 2).

O domínio económico engloba todas as atividades com impacto positivo na empresa, direta ou indiretamente. Ações que tenham como objetivo aumentar as vendas constituem uma atividade que influencia diretamente. Por outro lado, são exemplo de atividades que influenciam indiretamente o facto de se desenvolverem ações para estimular e melhorar o moral dos trabalhadores (Schwartz e Carroll, 2003).

O domínio legal está relacionado com a recetividade da empresa às expectativas da sociedade expressas nos princípios legais em vigor. Aqui considera-se que que a legalidade pode ser vista mediante três categorias: a) cumprimento da lei; b) prevenção do contencioso civil; c) antecipação às leis (Schwartz e Carroll, 2003).

O domínio ético engloba as responsabilidades éticas das empresas para com a população em geral e os *stakeholders* mais importantes. Desta forma encontra-se dividido em três padrões: a) Padrão convencional, o qual se baseia nas normas a que a empresa está sujeito ao nível do sector, da própria profissão ou da sociedade para que possa existir um bom funcionamento; b) Padrão consequencialista que se focaliza nos fins ou nas consequências; e c) o Padrão deontológico não se preocupa com as consequências, focaliza-se sim nos direitos morais e justiça (Schwartz e Carroll, 2003).

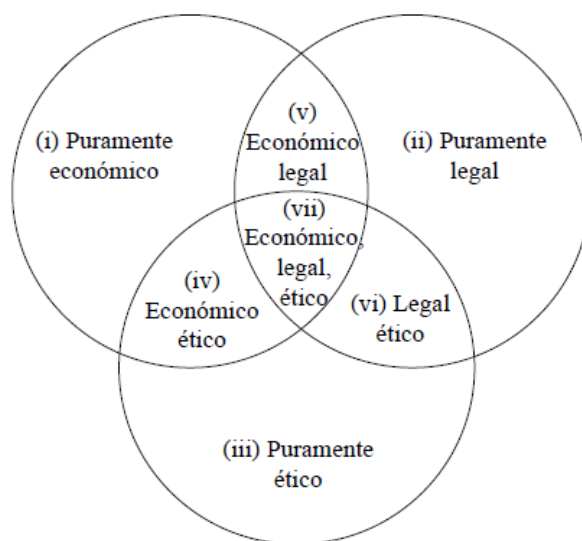


Figura 2- Modelo de RSE com três domínios

Fonte: Schwartz e Carrol (2003)

2.2.3 – Abordagem de *Garriga e Melé*

Garriga e Melé (2004) classificaram as teorias mais relevantes acerca da responsabilidade social em quatro grupos distintos: teorias instrumentais, teorias política, teorias integrativas e teorias éticas.

As *teorias instrumentais* assumem que a RSE é apenas um meio para obtenção de lucros. Podem utilizar o desenvolvimento de práticas de responsabilidade social para ganhar uma vantagem competitiva perante os seus concorrentes. São exemplos de “abordagens de RSE relacionadas com a maximização do valor para o acionista (e.g., M. Friedman, 1970), estratégias para alcançar vantagens competitivas (e.g., M. E. Porter & Kramer, 2002; Prahalad & Hammond, 2002)” (Leal, 2012, p.14).

As *teorias políticas* focalizam-se no uso responsável da influência que a empresa assume em ambiente político. Nesta abordagem incluem-se trabalhos “relacionados com

o constitucionalismo empresarial (e.g., davis, 1960, 1967), com as teorias do contrato social (e.g., Donaldson & Dunfee, 1994, 1999) e com a cidadania corporativa (e.g. Matten & Crane, 2005; D. J. wood & Logsdon, 2002)” (Leal, 2012, p.15).

As *teorias integrativas* defendem que a empresa deve incluir uma preocupação social, pois considera que os negócios dependem da sociedade, pois dela depende o seu crescimento e continuidade. As teorias integrativas “incluem abordagens relacionadas com a gestão de assuntos sociais (e.g., Wartick & Rude, 1986), a gestão dos *stakeholders* (e.g., Mitchell, Agle & wood, 1997) e o desempenho social da empresa (carrol, 1979; Swanson, 1995; Wartick & Cochran, 1985; D. J. Wood, 1991a, 1991c)” (Leal, 2012, p.15).

As *teorias éticas* defendem que a empresa deve aceitar os valores sociais como uma obrigação ética, acima de qualquer outro tipo de consideração. Focaliza o desenvolvimento sustentável, os direitos universais, e no bem-estar da sociedade onde está inserida. Incluem-se aqui a “teoria normativa dos *stakeholders* (e.g., Freeman, 1984, 1994), os direitos universais (e.g., United Nations, 1999), o desenvolvimento sustentável (e.g., World Commission on Environment and Development, 1987) e o bem comum (e.g., Melé, 2002)” (Leal, 2012, p.15).

Desta forma, são várias as abordagens e conceitos que as empresas podem adotar consoante a estratégia definida. A comunicação de todas as ações de responsabilidade social das empresas tornar-se um ato urgente.

3. COMUNICAR A SUSTENTABILIDADE

“As crescentes preocupações das empresas sobre os temas sociais, ambientais e económicos que envolvem, direta e indiretamente, os *stakeholders* (partes interessadas da empresa, público-alvo dos relatórios), levam a que as organizações, independentemente do setor de atividade, adotem práticas com vista à promoção de um desempenho socialmente responsável” (KPMG, 2007, p.5). Sendo então a publicação de relatórios de sustentabilidade um dos melhores meios para alcançar esse objetivo.

Neste capítulo pretende-se dar a conhecer o que são os relatórios de sustentabilidade, quais são as organizações que ao longo deste ano têm contribuído para que a publicação deste tipo de relatório seja cada vez mais e mais credível, assim como a apresentação de alguns estudos existentes nesta área. Ainda neste capítulo se apresentará, qual o papel que o Técnico Oficial de Contas poderá assumir na elaboração de relatórios de sustentabilidade.

3.1. Relatórios de Sustentabilidade

A temática sobre o desenvolvimento sustentável, tal como foi definido nos capítulos anteriores, está cada vez mais presente no quotidiano das empresas. Cada empresa de acordo com a sua missão e com os seus objetivos pode estabelecer uma visão sobre a sua sustentabilidade, procurando então desenvolver práticas de forma a criar uma vantagem competitiva (KPMG, 2007).

Segundo a *Global Reporting Initiative* (2006, p.3), “um dos principais desafios do desenvolvimento sustentável implica escolhas e formas de pensar que sejam novas e inovadoras”. Se por um lado o avanço no conhecimento pode contribuir para o crescimento económico, por outro pode resolver as ameaças que existem à sustentabilidade quer de pessoas, quer do ambiente quer das economias. Assim, perante este tipo de ameaças, o facto de as empresas começarem a divulgar qual o seu impacto na sustentabilidade começará a ser um ponto fulcral no relacionamento com os seus *Stakeholders*.

Assim, para além da comunicação dos resultados financeiros, a comunicação dos resultados não financeiros tem vindo a ganhar uma maior importância no contexto empresarial para o alcance do sucesso desejado. Desta forma, o relatório de sustentabilidade tornou-se uma ferramenta de gestão para o alcance deste objetivo (KPMG, 2007).

O relatório de sustentabilidade tornou-se um mecanismo de comunicação da responsabilidade social das empresas. Este deve fornecer uma declaração equilibrada e razoável do desempenho da sustentabilidade da organização, incluindo tanto as contribuições positivas, como as negativas (GRI, 2006).

Segundo a GRI (2006), “elaborar relatórios de sustentabilidade consiste na prática de medir, divulgar e prestar contas, às várias partes interessadas, sobre o desempenho das organizações, visando atingir o objetivo de desenvolvimento sustentável” (p.4).

A expressão “relatório de sustentabilidade”, por ser muito abrangente, pode surgir com várias definições. Para além de relatório de sustentabilidade este documento pode ser denominado por relatório de responsabilidade corporativa, relatórios de responsabilidade social, relatório de criação de valor partilhado ou ainda de cidadania empresarial.

Este tipo de relatório pode ser apresentado de forma independente ou de forma integrada nos relatórios de contas de cada empresa. Segundo Dias (2009) “a comunicação do desenvolvimento sustentável permanece um exercício voluntário. Contudo, novos requisitos, que exigem a comunicação de aspetos ligados ao desenvolvimento sustentável, estão a ser introduzidos na contabilidade corporativa e nas leis de divulgação de informação”.

Assim, de acordo com o n.º 3 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC, 2013), pelo menos no Relatório de Gestão, para que todos os *stakeholders* da empresa possam compreender a evolução dos negócios, as empresas devem incluir um capítulo onde possam divulgar quer informação de carácter financeiro e não financeiro. Note-se ainda que segundo o n.º 1 do artigo 64º do CSC (2013), são “os membros da administração devem elaborar e submeter aos órgãos competentes da sociedade o relatório de gestão, as contas do exercício e demais documentos de prestação de contas previstos na lei, relativas a cada exercício anual”. No entanto, segundo Guimarães

(2009), é o Técnico Oficial de Contas que muitas vezes intervém ativamente no processo de elaboração do relatório de gestão.

Segundo Gray (2006) existem três tipos de práticas de reporte atualmente desenvolvidas pelas empresas. Primeiro, a abordagem no âmbito da gestão para o reporte contabilístico da sustentabilidade. Esta é mais aplicada nos relatórios atualmente existentes, utilizam normalmente os indicadores definidos pelas normas da GRI, mas que para o autor “não permitem ao leitor fazer qualquer ilação fidedigna em relação ao desempenho social e ambiental da organização” (Gray, 2006, p.803). Segunda, a abordagem do tipo *Tripple Bottom Line*. Esta abordagem vai para além dos indicadores definidos pela GRI. Neste tipo de abordagem as empresas expõem todas as dificuldades que a empresa enfrenta quando tenta encontrar o equilíbrio entre o pilar económico, o ambiental e o social. Terceira, a abordagem no âmbito da ecologia e da justiça. Estes relatórios são os mais difíceis de encontrar. São relatórios em que a empresa apenas divulga aspetos sobre a sua pegada ecológica e aspetos da justiça social.

Existe em Portugal, desde o ano 2000, um projeto denominado “Comunicar o desenvolvimento sustentável”. Este projeto tem como principal objetivo o apoio às empresas associadas à *World Business Council for Sustainable Development (WBCSD)* assim como à restante comunidade empresarial, na elaboração dos seus relatórios de sustentabilidade (BCSD Portugal, 2002). As investigações na área da responsabilidade social conduzidas por estes organismos permitem recomendar às empresas formas de comunicar as questões sociais. Neste projeto é possível observar *online* as práticas de comunicação da sustentabilidade das empresas associadas, tomando-as como exemplo para a elaboração de outros relatórios de sustentabilidade (BCSD Portugal, 2002, p.6)

De acordo com a BCSD Portugal (2002), “uma abordagem comum a todos os casos não se aplica à comunicação do desenvolvimento sustentável” (BCSD Portugal, 2002, p.7). A empresa deverá decidir qual o melhor formato a adotar tendo em conta as suas especificidades. No entanto, considera ainda que independentemente do formato da divulgação, qualquer um contribui para a comunicação do desenvolvimento sustentável.

3.2. Organizações e normas relevantes aplicáveis na elaboração de relatórios de sustentabilidade

Para Dias (2009, p.21), são várias as organizações internacionais que se dedicam à promoção do conceito de sustentabilidade empresarial, “não existindo contudo uma definição precisa do termo”. No entanto, são já algumas as organizações que se dedicam à promoção e ao desenvolvimento de definições, que se vão consolidando com a prática. Assim, nesta secção serão analisadas algumas dessas definições, assim como outros aspetos que a sustentabilidade abrange os quais são preconizadas pelas seguintes organizações: OIT, ONU, OCDE, AccountAbility, ISO, GRI, Global Compact.

3.2.1 - Organização Internacional do Trabalho

Fundada em 1919 pela Conferência de Paz após a Iª Guerra Mundial, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) é uma agência multilateral da Organização das Nações Unidas (ONU) especializada nas questões do trabalho. Esta organização foi criada para refletir a crença de que a paz universal e duradoura só pode ser realizada se for baseada na justiça social (Rodgers, Swepston, Lee, Daele, 2009).

“Considerando que o crescimento económico é essencial mas não é suficiente para assegurar a equidade, o progresso social e a erradicação da pobreza, o que confirma a necessidade de que a OIT promova políticas sociais fortes, a justiça e as instituições democráticas” (Declaração OIT, 1998, p.2).

Assim, recorda-se “que ao aderir livremente à OIT, todos os seus Membros aceitaram os princípios e direitos enunciados na sua Constituição e na Declaração de Filadélfia, e comprometeram-se a trabalhar na realização dos objetivos gerais da Organização, em toda a medida das suas possibilidades e da sua especificidade”. Assim como, “que esses princípios e direitos foram formulados e desenvolvidos sob a forma de direitos e de obrigações específicos nas convenções que são reconhecidas como fundamentais dentro e fora da Organização.” (Declaração OIT, 1998, p.3).

Desde que as empresas pertençam a esta organização deverão “respeitar, promover e realizar, de boa-fé e de acordo com a Constituição, os princípios relativos aos direitos fundamentais”, nomeadamente (OIT, 1998, p.3):

1. Liberdade de Associação e o reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva: Constitui o direito de todos os trabalhadores constituírem-se e associarem-se a uma organização à sua escolha, com o objetivo de defender os seus interesses.

2. A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou obrigatório: Nem todo o trabalho realizado por crianças é considerado trabalho infantil. É proibido o trabalho que é realizado por crianças que têm menos do que a idade mínima legalmente definida para esse tipo de trabalho, ou o trabalho que dada a penosidade da sua natureza ou condições é considerado inaceitável para ser realizado por crianças. São definidas como as piores formas de trabalho infantil e que requerem ações imediatas para a sua eliminação as seguintes formas: escravatura, tráfico, servidão por dívidas e outras formas de trabalho forçado, recrutamento forçado de crianças em situações de conflito armado, prostituição e pornografia infantil, atividades ilícitas e qualquer trabalho que ponha em causa a saúde, segurança e integridade moral da criança, em razão da natureza ou das condições em que é realizado (trabalhos perigosos).

3. A abolição efetiva do trabalho infantil: “Tendo em conta a estreita relação entre pobreza e trabalho infantil, as políticas para combater o trabalho infantil são geralmente implementadas em coerência com as estratégias, programas e planos nacionais de redução da pobreza”. Também tem sido dada especial “atenção à formulação e implementação de abordagens políticas eficazes para combater o trabalho infantil e de estratégias para retirar as crianças do trabalho e levá-las para a escola.” (OIT, 1998, p.29).

4. A eliminação da discriminação em matéria de emprego e de profissão: A discriminação no emprego e na profissão consiste “em toda a distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, opinião política, ascendência nacional ou origem social, que tenha por efeito destruir ou alterar a igualdade de oportunidades ou de tratamento em matéria de emprego ou profissão”. A Convenção admite outros fatores de discriminação adicionais proibidos a serem determinados em consulta com as organizações de trabalhadores e de empregadores. É fixado também o princípio da “igualdade de remuneração entre trabalhadores masculinos e femininos por um trabalho de igual valor” (OIT, 1998, p.30).

Verifica-se que existe um conjunto de normas, as quais podem ser adotadas pelas empresas na elaboração dos seus relatórios de sustentabilidade. Algumas normas são

mais abrangentes, recaindo sobre as diversas áreas da empresa (económica financeira e social), outras são mais focadas quer apenas na sua vertente social, quer na vertente ambiente.

3.2.2 - Declaração dos direitos Humanos das Nações Unidas

Em junho de 1945 foi assinada a carta das Nações Unidas. Esta apenas entrou em vigor, a nível internacional, em outubro de 1945. Em 1955, com a aceitação de Portugal como membro das Nações Unidas, “a declaração de aceitação por Portugal das obrigações constantes da Carta foi depositada junto do Secretário-Geral a 21 de Fevereiro de 1956 (registo n.º 3155), estando publicada na United Nations Treaty Series, vol. 229, página 3, de 1958” (Nações Unidas, 1945).

A declaração dos direitos humanos entra assim em vigor em Portugal a 21 de fevereiro de 1956 (Nações Unidas, 1945).

Esta declaração tem como principais objetivos (Nações Unidas, 1945, p.1-2):

- “Manter a paz e a segurança internacionais e para esse fim: tomar medidas coletivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os atos de agressão, ou outra qualquer rutura da paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajustamento ou solução das controvérsias ou situações internacionais que possam levar a uma perturbação da paz”.
- “Desenvolver relações de amizade entre as nações baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, e tomar outras medidas apropriadas ao fortalecimento da paz universal”.
- “Realizar a cooperação internacional, resolvendo os problemas internacionais de carácter económico, social, cultural ou humanitário, promovendo e estimulando o respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião”.
- “Ser um centro destinado a harmonizar a ação das nações para a consecução desses objetivos comuns.”

Esta declaração no seu artigo 55.º refere que, “com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as Nações,

baseadas no respeito do princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas promoverão: a) A elevação dos níveis de vida, o pleno emprego e condições de progresso e desenvolvimento económico e social; b) A solução dos problemas internacionais económicos, sociais, de saúde e conexos, bem como a cooperação internacional, de carácter cultural e educacional; c) O respeito universal e efetivo dos direitos do homem e das liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião” (Nações Unidas, 1945, p.13).

3.2.3 – Organização para a cooperação e desenvolvimento económico (OCDE)

As diretrizes da OCDE para as empresas multinacionais foram elaboradas pela primeira vez em 1976 e desde então tem sofrido algumas revisões, sendo a última delas em 2011².

Segundo a OCDE (2011), estas diretrizes são recomendações dirigidas pelos governos às empresas multinacionais dos países aderentes. Estes fornecem os princípios e normas não vinculativas para a conduta empresarial responsável num contexto global consistente com as leis aplicáveis e padrões internacionalmente reconhecidos.

As Diretrizes são o único código multilateralmente acordadas e abrangente de uma conduta empresarial responsável que os governos se comprometeram a promover.

As orientações visam promover contribuições positivas por parte das empresas para o progresso económico, social e ambiental em todo o mundo. Estas são apoiadas por um mecanismo de aplicação única – Pontos de Contacto Nacionais (PCN) – organismos criados pelos governos aderentes para promover e implementar as orientações. Os PCNs ajudam as empresas e os seus *stakeholders* a tomarem as medidas adequadas para promover a implementação das Diretrizes.

Segundo a OCDE (2011), a 4 de maio de 2010, os governos dos 42 países membros e não-membros da OCDE³, países signatários da Declaração da OCDE sobre

² Estas diretrizes foram revistas pela quinta vez.

³ À data da conferência existiam 34 países membros da OCDE e 8 países não-membros da OCDE (Argentina, Brasil, Egipto, Látvia, Lituânia, Marrocos, Peru e Roménia)

Investimento Internacional e Empresas Multinacionais começaram a trabalhar na atualização das Diretrizes, para que estas refletissem as mudanças na paisagem do investimento internacional e empresas multinacionais desde a última revisão, em 2000. As alterações aprovadas tiveram como objetivo garantir a continuação do papel fundamental das Diretrizes ao nível internacional na promoção de uma conduta empresarial responsável. Um das alterações na revisão de 2011 foi a inclusão de mais um capítulo nos dez já existentes, os direitos humanos. Assim, mostra-se a divisão destes capítulos e a breve descrição do conteúdo proposto em cada uma das áreas (OCDE, 2011). (Tabela 1)

Tabela 1- Princípios da OCDE

CAPÍTULO	CONTEÚDO
I - Conceitos e Princípios	Inclui princípios e normas de boa prática que vão de encontro à legislação aplicável
II - Políticas Gerais	Definir políticas que contribuam para o progresso económico, social e ambiental, com vista a alcançar o desenvolvimento sustentável.
III – Divulgação	Divulgar regularmente em tempo útil informações acerca da sua atividade, estrutura, situação financeira, níveis de desempenho.
IV – Direitos Humanos	Respeitar os direitos humanos, evitar que a sua atividade possa causar danos nas comunidades onde se inserem, e na eventualidade de algo acontecer saber solucionar ou minimizar o problema.
V – Emprego e relações laborais	Respeitar o direito dos trabalhadores em formarem sindicatos, contribuir para a abolição efetiva do trabalho infantil e forçado. Despromover a discriminação no local de trabalho. Devem adaptar medidas para assegurar a saúde e a segurança no trabalho, assim como privilegiar o emprego a pessoas estabelecidas nas suas regiões.
VI – Meio ambiente	O plano de gestão ambiental deverá recolher e avaliar os impactos que as suas atividades têm no meio ambiente, através do estabelecimento de metas quantificáveis que posteriormente possam ser acompanhadas e comunicadas.
VII – Combate à corrupção, suborno e extorsão	Deverão ser criação sistemas de controlo interno que permitam prevenir ou controlo situações de suborno ou de manipulação de resultados.
VIII – Interesses dos consumidores	Garantir que atuam de forma a garantir a segurança e qualidade dos produtos/serviços que comercializam.
IX – Ciência e Tecnologia	Devem adotar tecnologias que lhes permitam transmitir o seu Know-how o mais rápido possível.
X – Concorrência	A empresa deverá exercer a sua atividade dentro do quadro legal existente e perante as normas da concorrência. A empresa deverá evitar, a combinação de preços, licitações fraudulentas, estabelecer restrições ou quotas de produção.
XI – Impostos	As empresas deverão fazer o pagamento atempado dos seus impostos, contribuindo assim para as finanças do país onde reside.

Fonte: OCDE (2011)

3.2.4 - AccountAbility

A AccountAbility é uma organização sem fins lucrativos, criada em 1995, com representantes em Londres, Washington, Pequim, Genebra, São Paulo e São Francisco. Esta instituição tem como objetivo promover as inovações em matéria de prestação de contas que promovam o desenvolvimento do desenvolvimento sustentável (AccountAbility, 2008).

A AccountAbility trabalha com empresas, governos e organizações da sociedade civil para desenvolver práticas empresariais responsáveis e modelos de governo cooperativos entre instituições públicas e privadas.

Os princípios da AccountAbility para o desenvolvimento sustentável foram lançados em novembro de 1999, na norma *AA1000 AccountAbility Framework Standard* numa versão ainda não definitiva. Apenas em 2003, surgiu uma versão definitiva a *AA1000 Assurance Standard*, cujos princípios em que se baseava forma alvo de debate e de inúmeras revisões. Daqui resultou o compromisso na inclusão de normas baseadas nos três princípios da Relevância, Abrangência e Responsabilidade⁴ (AccountAbility, 2008).

Assim durante o processo de revisão, em 2008, da *AA1000 Assurance Standard*, retirou-se os princípios da AA1000 para uma norma à parte, por forma a proporcionar uma aplicação mais abrangente e para facilitar o processo de avaliação da informação sobre sustentabilidade.

“Esta norma, a *AA1000 AccountAbility Principles Standard*, AA1000APS (2008), é o produto desse consenso e inclui três princípios: o princípio fundamental da inclusão e os princípios da Relevância e da Responsabilidade. Apesar do princípio da abrangência não estar incluído nos Princípios da AccountAbility, continua a ser essencial para a *assurance*⁵ em sustentabilidade, dado que se refere ao grau de implementação destes três princípios.

Segundo a AccountAbility (2008), esta norma visa proporcionar às organizações um conjunto de princípios aceites a nível internacional e disponíveis de forma gratuita, que

⁴ Posteriormente estes princípios estiveram na base de outra normas PAA1000AS (2003), e da *AA1000 Stakeholder Engagement Standard* publicada em 2005, AA1000SES (2005).

⁵ “Nota da Tradução Portuguesa: foi decidido manter o termo original em inglês, *assurance*. Este refere-se aos métodos e processos aplicados para avaliar a fiabilidade da informação divulgada por uma organização relativamente ao desempenho em sustentabilidade, bem como aos sistemas, informações e processos subjacentes, de acordo com critérios e normas adequados.”

lhes permita enquadrar e estruturar a forma como compreendem, gerem, administram, implementam, avaliam e comunicam a sua prestação de contas.

“Os Princípios AA1000 da AccountAbility destinam-se, antes de mais, a ser utilizados por organizações que adotaram uma abordagem responsável e estratégica à temática da sustentabilidade. Os Princípios AA1000 da AccountAbility ajudarão estas organizações a compreender, gerir e melhorar o seu desempenho sustentável.” (AccountAbility, 2008, p.8). (Tabela 2)

Tabela 2 - Princípios AA1000 da AccountAbility

Princípios	Definições
Inclusão	Para uma organização que aceita prestar contas perante aqueles sobre os quais causa impacto e ou que causam impacto sobre a organização, a inclusão consiste na participação das partes interessadas no desenvolvimento e efetivação de uma resposta estratégica e responsável em relação à sustentabilidade. As partes interessadas são todos aqueles indivíduos, grupos de indivíduos ou organizações que afetam e/ou podem ser afetadas pelas atividades, produtos ou serviços e correspondente desempenho de uma organização.
Relevância	A Relevância consiste em determinar o relevo material e a significância de um assunto para uma organização e respetivas partes interessadas. Um assunto materialmente relevante é aquele que influencia as decisões, as ações e o desempenho de uma organização e respetivas partes interessadas.
Responsabilidade	A Responsabilidade consiste na capacidade de resposta de uma organização às preocupações das partes interessadas que afetam o seu desempenho sustentável e é concretizada através de decisões, ações e desempenho, bem como através da comunicação com as partes interessadas.

Fonte: AccountAbility (2008)

3.2.5 - International Organization of standardization

A *International Organization of Standardization* (ISO) é uma organização internacional que se dedica à elaboração de normas. Desde a sua fundação em 1997, esta organização

já publicou mais de 19.500⁶ normas, cobrindo todos os aspetos desde as tecnologias aos negócios, dos cuidados de saúde à agricultura, da segurança alimentar aos computadores. Esta instituição já publicou alguma norma que teve impacto direto no nosso quotidiano (ISO).

A ISO 26000⁷ – guia para a responsabilidade social – foi publicada em 2010, com o principal objetivo de ajudar as empresa públicas e privadas a considerarem implementar esta norma com única forma de alcançar os benefícios operando de uma forma socialmente responsável.

Esta norma define responsabilidade social como a responsabilidade de uma organização pelos impactos que as suas ações e decisões têm na sociedade, no meio ambiente. As empresas desenvolvem as suas atividades por meio de um comportamento ético e transparente que contribua para o desenvolvimento sustentável, que leve em consideração as expectativas das partes interessadas, que esteja em conformidade com a legislação aplicável e que esteja integrada em toda a organização. (ISO 26000).

Esta norma define quais os benefícios que podem ser alcançados com sua implementação. A perceção e a realidade do desempenho organizacional na responsabilidade social podem influenciar nas seguintes áreas:

- A vantagem competitiva;
- A reputação;
- A capacidade de atrair e preservar os trabalhadores, clientes ou membros;
- Manutenção do moral, do compromisso e produtividade dos funcionários;
- A visão quer dos investidores, proprietários, comunidade;
- Relacionamento com as empresas, e com todos os *stakeholders*.

Esta norma é um guia para todo o tipo de organizações, independentemente da sua dimensão ou localização. Assim, apresenta os sete principais elementos que devem conter um relatório de sustentabilidade, caso as empresas adotem na sua elaboração a ISO 26000 (ISO 26000, 2010):

⁶ Data de pesquisa a 3 de junho de 2013 em www.iso.org.

⁷ Em Novembro de 2011, foi publicada a normas portuguesa NP ISO26000.

1. Âmbito: Definição do âmbito da ISO 26000 e identifica algumas limitações e exclusões.

2. Termos e Definições: Identifica os conceitos fundamentais para a compreensão da responsabilidade social e para aplicação da ISO 26000.

3. Compreender a responsabilidade social: Descreve os principais fatores que influenciaram e influenciam o desenvolvimento da responsabilidade social. Também se descreve o próprio conceito de responsabilidade social, o que significa e como se aplica. Nesta clausula também são incluídas orientações para aplicação da ISO 26000 nas pequenas e médias empresas.

4. Princípios da responsabilidade social: Apresenta e explica os princípios de Responsabilidade Social.

5. Reconhecer a responsabilidade social e envolver os Stakeholders: Aborda duas práticas de responsabilidade social. Primeiro, o reconhecimento por parte da organização da sua responsabilidade social e a identificação do envolvimento das partes interessadas. Segundo, fornece orientações sobre o envolvimento da organização, dos *stakeholders* e da sociedade no reconhecimento de questões centrais de responsabilidade social na esfera de influência da organização.

6. Orientações sobre temas centrais de responsabilidade social: Explica as questões centrais relacionadas com a responsabilidade social. Para cada tema central define o seu âmbito, em que medida se relaciona com a responsabilidade social, descrevendo as suas ações e as expectativas.

7. Orientações sobre a integração da responsabilidade social em toda a organização: Fornece orientações de forma a colocar a responsabilidade social em prática numa organização, nomeadamente: compreender, integrar e comunicar a responsabilidade social de uma organização, para assim melhorar a credibilidade da organização relativamente às suas ações de responsabilidade social, assim como o processo de revisão e de avaliação das iniciativas voluntárias de responsabilidade social.

Anexo A. Exemplos de iniciativas voluntárias e ferramentas de responsabilidade social: Apresenta uma lista não muito extensa das iniciativas voluntárias e as ferramentas relacionadas com a responsabilidade social e que abordam os aspetos de um

ou mais temas centrais ou ainda da integração da responsabilidade social em toda a organização.

Anexo B. Abreviaturas: Contêm as abreviaturas que constam da ISO 26000.

Bibliografia: Contêm referência tanto a outras normas internacionais como a outras normas ISO, que são relevantes para a elaboração da ISO 26000.

3.2.6 - Global Reporting Initiative

A *Global Reporting Initiative* é uma organização de cariz internacional, cuja missão é satisfazer a necessidade de fornecer às organizações um conjunto de conceitos que possam “comunicar de forma clara e transparente questões relativas à sustentabilidade”. (GRI, 2006, p.3).

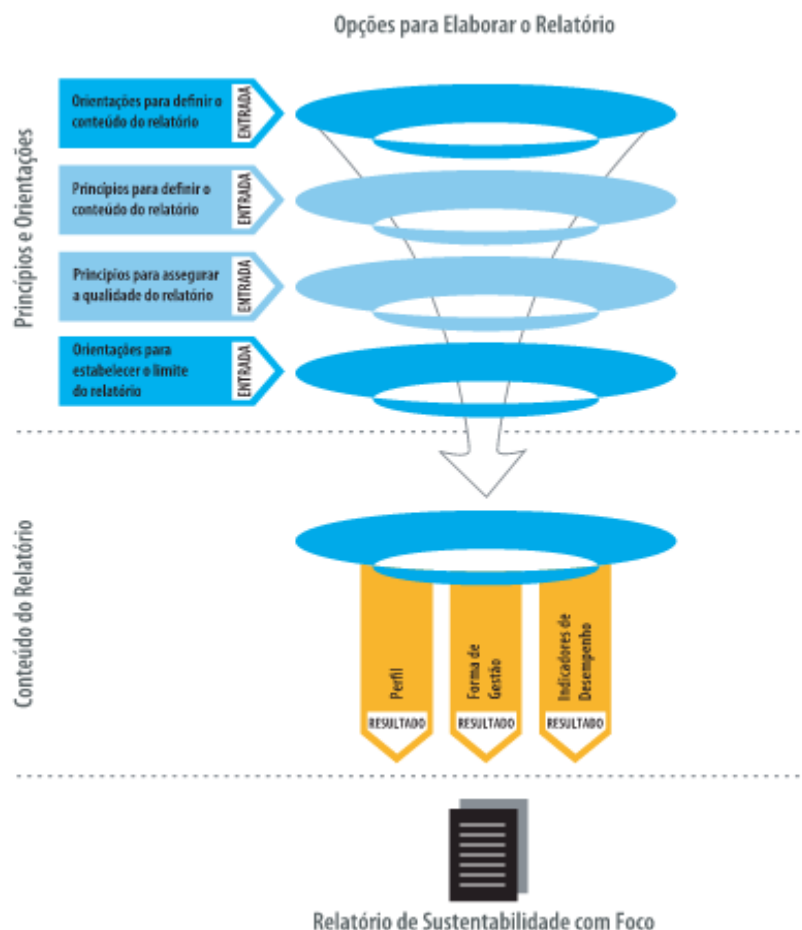


Figura 3- Visão geral das diretrizes da GRI

Fonte: GRI (2006)

Constituída em 1997, pela *Coalition Environmentally Responsible Economics* (CERES), em parceria com o programa de desenvolvimento das Nações Unidas, a GRI, tem como principal função, equiparar relatórios sociais e de sustentabilidade com relatórios financeiros. Esta tem vindo a constituir uma base comum sobre a qual se possa instituir uma estrutura sólida para a divulgação de informações de carácter económico, ambiental e social, permitindo a divulgação de orientações para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade possibilitam a comparação entre empresas (Comissão das Comunidades Europeias, 2001).

Em 2006 foi lançada a terceira versão das normas GRI (GRI 2006), denominada “G3”, resultado de um aperfeiçoamento e revisão das normas GRI publicadas em 2002.

“Os relatórios de sustentabilidade baseados na estrutura definida pela GRI divulgam resultados e também consequências, que ocorreram durante o período de relato, no contexto do compromisso, da estratégia e da abordagem de gestão adotados pela organização” (GRI, 2006, p.4).

“A estrutura de Relatórios da GRI visa servir como estrutura globalmente aceite para a elaboração de relatórios sobre o desempenho económico, ambiental e social de uma organização” (GRI, 2006, p.4). Podendo ser utilizada por todas as empresas, independentemente da sua dimensão e localização geográfica.

A GRI constrói as diretrizes para a elaboração de um relatório de sustentabilidade tendo em conta princípios, orientações e informações-padrão, onde estão incluídos os indicadores de desempenho, tal como se demonstra pela estrutura da figura 3. Segundo estas diretrizes, o princípio da relevância, da inclusão das partes interessadas, do contexto da sustentabilidade e abrangência são tidos como elementos fundamentais no processo de elaboração dos relatórios. Estes elementos, em conjunto com a informação-padrão, determinam as questões e os indicadores a relatar. Por outro lado, os princípios do equilíbrio, comparação, precisão, periodicidade, fidedignidade e clareza são utilizados para atingir a qualidade apropriada da informação que está a ser divulgada (GRI,2006). Assim, na tabela 3 apresenta-se em termos gerais o âmbito de cada um dos princípios.

Tabela 3 - Princípios dos Relatórios de Sustentabilidade

Princípios	Descrição
Relevância	“A relevância é o limiar a partir do qual um tópico ou um indicador se torna suficientemente importante para ser relatado”.
Inclusão das partes interessadas	“A organização responsável pelo relatório deverá identificar as suas partes interessadas e explicar, no próprio documento em que medida correspondeu às expectativas e questões levantadas pelas mesmas”. “Só um envolvimento sistemático das partes interessadas aumenta a receptividade das mesmas e a utilidade do relatório”.
Contexto de sustentabilidade	Aqui apresenta-se o desempenho da organização no contexto da sustentabilidade. Saber de que forma a organização contribuiu ou pensa vir a contribuir para a melhoria ou a degradação das condições económicas, sociais e ambientais.
Abrangência	Deverá estar presente no relatório toda a informação relevante ao nível económico, social e ambiental, tendo sempre em conta âmbito, os limites e o período temporal
Equilíbrio	“O relatório deve refletir os aspetos positivos e negativos do desempenho da organização de modo a permitir uma avaliação equilibrada e razoável do desempenho global da organização”.
Comparação	“A comparabilidade é a base para a avaliação do desempenho”. Sempre que são alterados dados como o limite, o âmbito, o período, as definições e os indicadores no relatório, a empresa deve, na medida do possível, reformular os dados atuais, juntamente com os dados mais antigos.
Precisão	“As informações relatadas devem ser suficientemente precisas e detalhadas para que as partes interessadas que recorrem ao relatório possam tomar decisões com um elevado grau de confiança”.
Periodicidade	“As informações são apresentadas atempadamente e de acordo com um cronograma regular, de forma a permitir às partes interessadas que utilizem o relatório para tomar decisões sustentadas”.
Fidedignidade	“As informações e os processos utilizados na preparação do relatório devem ser recolhidos, registados, compilados, analisados e divulgados, de modo a poderem ser sujeitos a análise, o que estabelece a qualidade e relevância da informação”.
Clareza	“As informações devem estar disponíveis, de modo a serem perceptíveis e acessíveis às partes interessadas que utilizem o relatório”.

Fonte: GRI (2006, p.10-18)

Relativamente ao conteúdo dos relatórios de sustentabilidade, proposto pela GRI, este apresentam-se divididos em três grandes secções (GRI, 2006):

- **Estratégia e perfil:** Nesta secção apresenta-se a visão estratégica e panorâmica do relacionamento da organização com o desenvolvimento sustentável. Assim também é incluída uma declaração da pessoa com maior poder de decisão na organização acerca da relevância da sustentabilidade para a organização e a sua estratégia. Também são identificados os principais impactos, riscos e oportunidades.
- **Abordagem de gestão:** As divulgações da abordagem de gestão devem proporcionar uma visão geral e resumida da organização em relação aos aspetos definidos sob cada categoria, visando definir o contexto das informações sobre o desempenho.
- **Indicadores de desempenho:** São 79 os indicadores de desempenho definidos pela GRI, 49 são essenciais e 30 são adicionais. Estes indicadores são repartidos pelas dimensões económica (sete essenciais e dois adicionais), ambiental (17 essenciais e 13 adicionais) e social (25 essenciais e 15 adicionais), sendo esta última dividida por indicadores de trabalho, direitos humanos, sociedade e produto (Figura 4).

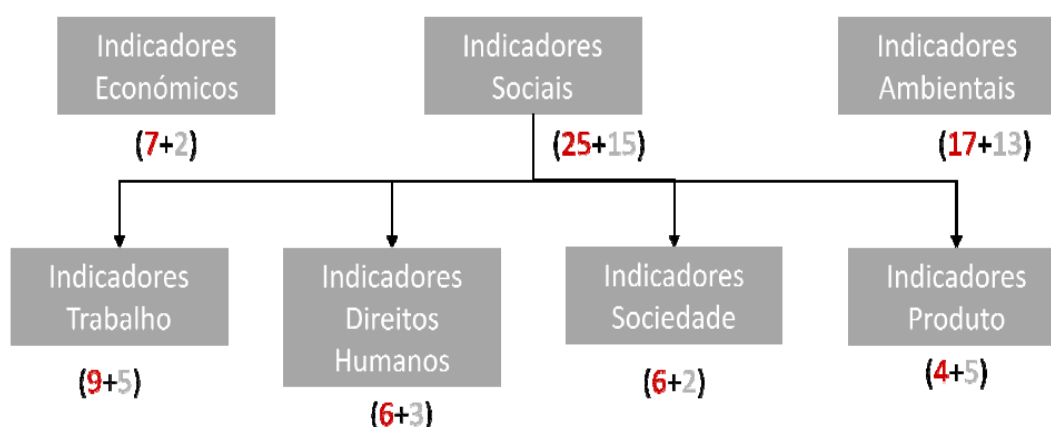


Figura 4- Indicadores de Desempenho GRI;

Fonte: Guerreiro (2012)




3.2.7 - United Nations Global Compact

O *United Nations Global Compact* é uma organização que desenvolve o seu trabalho na área da responsabilidade social. A sua origem remete ao ano 2000, numa proposta do anterior Secretário-geral da ONU, Kofi Annan.

Assenta em dez princípios fundamentais sobre as áreas dos direitos humanos, práticas laborais, proteção ambiental e anticorrupção e visa promover o compromisso público e voluntário das empresas em cumpri-los. Os seus dez princípios baseiam-se em declarações universalmente aceites, nomeadamente a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração da Organização Internacional do Trabalho relativa aos princípios e Direitos Fundamentais e a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento.

Os princípios da *UN Global Compact* têm um caráter puramente voluntário e centrado no diálogo e na aprendizagem. Procura concretizar os seus princípios no seio de organizações de todo o mundo.

Tabela 4 - *Princípios da Global Compact*

Área	Princípios
	Princípio 1: As empresas devem apoiar e respeitar a proteção dos direitos humanos, reconhecidos internacionalmente; Princípio 2: Garantir a sua não participação em violações dos direitos humanos.
	Princípio 3: As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo à negociação coletiva; Princípio 4: A abolição de todas as formas de trabalho forçado e obrigatório; Princípio 5: Abolição efetiva do trabalho infantil; Princípio 6: Eliminação da discriminação no emprego.
	Princípio 7: As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais; Princípio 8: Realizar iniciativas para promover a responsabilidade ambiental; Princípio 9: Encorajar o desenvolvimento e a difusão de tecnologias amigas do ambiente.
	Princípio 10: As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo extorsão e suborno.

Fonte: *UN Global Compact* (2004)

3.3. Motivações, Dificuldades e Impactos na elaboração de relatórios de sustentabilidade nas empresas Portuguesas

A publicação de relatórios de sustentabilidade constitui um ato voluntário. Atualmente existe um número cada vez maior de empresas a publicá-los, não só em Portugal, mas também em outros países de todo o mundo. (KPMG, 2011, p.10)

Segundo a BCSD Portugal – Conselho empresarial para o desenvolvimento sustentável (BCSD), cada vez mais os *stakeholders* estão interessados na divulgação e discussão de temas relacionadas com a sustentabilidade e com as atividades desenvolvidas pelas empresas. Assim, coloca-se então um grande desafio ao tentar encontrar o equilíbrio entre as expectativas dos *stakeholders* e a informação divulgada nos relatórios.

Segundo a BCSD (2006) existe uma estreita ligação entre a estratégia de sustentabilidade e a elaboração de relatórios de sustentabilidade. Um relatório de sustentabilidade pode representar um ponto de partida para a definição de uma estratégia de sustentabilidade de uma empresa. Por outro lado, o relatório de sustentabilidade pode ser o resultado da estratégia de sustentabilidade definido pela empresa e assim poderá ser visto como o final de um ciclo.

Segundo um estudo efetuado em 2006 pela BCSD em Portugal, a comunicação com os *stakeholders* foi a principal motivação para a publicação de relatórios de sustentabilidade, uma vez que através da sua publicação as empresas conseguem satisfazer todos as partes interessadas, nomeadamente, “assumir um compromisso público com o desenvolvimento sustentável, melhorar o seu relacionamento com as partes interessadas e responder às suas crescentes solicitações” (BCSD, 2006, p.6).

Outra das principais motivações para a publicação destes relatórios é o facto de o considerarem como uma ferramenta de gestão, a qual é capaz de agregar e sistematizar informação de cariz ambiental e social, que anteriormente se encontrava dispersa. Esta sistematização permite fazer uma melhor avaliação de desempenho, permitindo efetuar ações corretivas dirigidas diretamente à área com pior *performance*.

Também outros fatores motivacionais, como a imagem, a sensibilização dos colaboradores e o caminho rumo à sustentabilidade foram referenciados neste estudo. No que concerne à imagem como fator de motivação para elaboração de relatórios de

sustentabilidade, todas “as empresas querem ser reconhecidas como modernas, dinâmicas e social e ambientalmente conscientes” (BCSD, 2006, p.6). Quando à sensibilização dos colaboradores, por vezes a elaboração do relatório permite dar a conhecer a todos os trabalhadores do que melhor e pior se faz na organização, se estes estiverem alerta e sensibilizados para a causa da empresa, vão ajudá-la no processo de melhoria contínua do seu desempenho. De outra forma, o rumo ao desenvolvimento sustentável está cada vez mais associado à elaboração dos relatórios de sustentabilidade (BCSD, 2006, p.6).

Neste estudo, também foi referenciado que por vezes apenas a vontade dos administradores é motivo suficiente para a elaboração do relatório de sustentabilidade.

Para além dos fatores motivacionais que levam à elaboração de um relatório de sustentabilidade, este estudo da BCSD Portugal, também identificou as principais dificuldades encontradas pelas empresa aquando da elaboração do mesmo, a saber:

- Sistematização da informação;
- Definição da política de sustentabilidade;
- Equilíbrio entre a vertente económica, social e ambiental;
- Obtenção do *feedback* por parte dos *stakeholders*;
- Mudança de mentalidades.

Por sua vez, os impactos da publicação do relatório de sustentabilidade podem ser separados em impactos internos e impactos externos. A nível interno: a) a grande preocupação com a sistematização e aglomeração de indicadores; b) a melhoria de desempenho no nível da eficiência de processos; c) a motivação dos colaboradores; d) o aumento da sensibilidade para a sustentabilidade; e) o alinhamento dos objetivos da sustentabilidade com os objetivos gerais da empresa; f) a pressão para a certificação; g) a melhoria do desempenho ambiental (BCSD, 2006).

A nível externo, com a publicação de relatórios de sustentabilidade, os principais impactos são: a) o aumento da satisfação dos *stakeholders* e conseqüentemente o fortalecimento das relações empresa-*stakeholders*; b) o reconhecimento público das preocupações da empresa com o desenvolvimento sustentável; c) a projeção da marca; d) a transparência (BCSD, 2006).

3.4. Destinatários dos relatórios de sustentabilidade

Segundo Dias (2009), “tradicionalmente as empresas preparavam informação destinada a apenas três grupos de interesse – os investidores, os colaboradores e os clientes”. No entanto, segundo este autor, atualmente o conceito de *stakeholders* está mais alargado, incluindo grupos de interesse diretos e indiretos. (Tabela 5)

Tabela 5 – Destinatários dos Relatórios de Sustentabilidade

Utilizadores Internos	Utilizadores Externos
Conselho de Administração	Investidores
Órgão de Gestão	Acionistas
Colaboradores	Analistas Financeiros
	Contabilistas e Revisores
	Seguradoras
	Clientes
	Fornecedores
	Comunidade Local
	Cidadãos
	Governos
	Entidades Internacionais
	ONG's

Fonte: Dias (2009)

Segundo Dias (2009, p.46), “a nível interno a informação sobre a sustentabilidade deve ser integrada em todos os processos de decisão e comunicação”. Para Dias (2009), a fixação e monitorização do desempenho através da utilização de indicadores, são instrumentos de gestão utilizados pelas empresas.

Se por um lado o conselho de administração “incorpora a informação da sustentabilidade nas suas decisões estratégicas e na definição de objetivos” (Dias, 2009, p.46), a utilização desta informação para tomar decisões acerca das melhorias nos produtos e processos é efetuada pelos órgãos de gestão. Também os colaboradores estão interessados na informação disponibilizada através dos relatórios de sustentabilidade, de

forma a verificarem qual o nível de “desempenho da empresa, quantificar o seu próprio contributo, obter informações sobre os níveis de remuneração, benefícios ligados à reforma e a natureza e âmbito das oportunidades de emprego” (Dias, 2009, p.46).

A nível externo, os *stakeholders* procuram informação sobre sustentabilidade, “dada a sua multiplicidade, procuram distintas informações que lhes permitam comparar o desempenho das empresas, reconhecendo a diversidade inerente ao negócio e a particularidade de cada empresa” (Dias, 2009, p.47).

Assim, os investidores, acionistas, analistas financeiros, contabilistas e revisores de contas, estão interessados na informação sobre sustentabilidade, de forma a verificarem o valor financeiro de uma empresa, a qualidade dos seus investimentos e a sua continuidade (Dias, 2009).

Os clientes procuram conhecer os valores, atitudes e riscos relacionados com as atividades, aos produtos e aos serviços comercializados pela empresa (Dias, 2009). Aos fornecedores, a informação sobre sustentabilidade, ajuda-os a determinar os riscos que eventualmente poderão vir a estar sujeitos caso integrem a cadeia de fornecimento da empresa (Dias, 2009).

As comunidades locais estão interessadas na informação sobre o desempenho ambiental das unidades fabris que se localizam na sua área de residência. Por sua vez, estas pessoas como consumidores utilizam a informação sobre a sustentabilidade como parte integrante nas suas decisões de compra. Por outro lado, enquanto cidadãos a divulgação de informação acerca da sustentabilidade da empresa “permite concluir se existe equilíbrio entre o que uma empresa retira e o que acrescenta na comunidade local” (Dias, 2009, p.48).

Às entidades internacionais interessa a descrição e a quantificação da sustentabilidade “nas suas comunicações externas, como forma de ajudar a documentar o progresso atingido rumo à sustentabilidade” (Dias, 2009, p.48).

As Organizações não-governamentais (ONG's) “utilizam os relatórios de desenvolvimento sustentável como base para entenderem valores, princípios, atitudes, desempenho e metas das empresas” (Dias, 2009, p.48)

Para os governos e agências governamentais, a informação disponibilizada pelos relatórios de sustentabilidade permite “regular as atividades das empresas e determinar as políticas de concorrência, fiscal, ambiental, dos assuntos sociais e do consumidor” (Dias, 2009, p.48).

3.5. Outros estudos relevantes

Para além do estudo da BCSD, a propósito dos Relatórios de Sustentabilidade – Motivações e Impactos, também no ano de 2006 a KPMG realizou um estudo que teve como principal objetivo conhecer o panorama nacional relativamente à divulgação de relatórios de sustentabilidade. Apresentam-se de seguida alguns dos principais resultados.

Do universo inicial de 536 empresas inseridas no estudo, apenas 103 responderam ao inquérito que lhes tinha sido proposto. Destas, apenas 34% tinham divulgado informação sobre sustentabilidade, quer em relatórios independentes, quer em capítulos do relatório de contas.

A principal motivação para a elaboração de um Relatório de Sustentabilidade está relacionada com a reputação/marca da empresa, questões éticas e a necessidade de inovação e aprendizagem. O principal benefício que a divulgação deste relatório traz à empresa é a melhoria do desempenho operacional e da gestão (Figura 5).

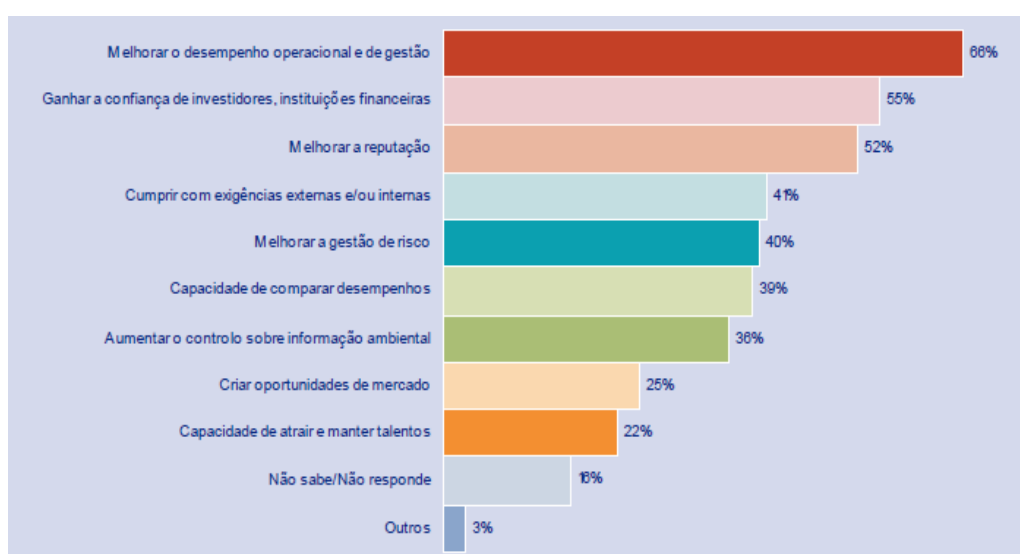


Figura 5 - Benefícios identificados pela publicação de relatórios de sustentabilidade.

Fonte: KPMG (2007)

Por outro lado, as principais dificuldades encontradas na elaboração e publicação de um Relatório de Sustentabilidade relacionam-se com os custos e constrangimentos ao nível dos recursos disponíveis, assim como a necessidades das empresas disporem de recursos adicionais. (Figura 6)

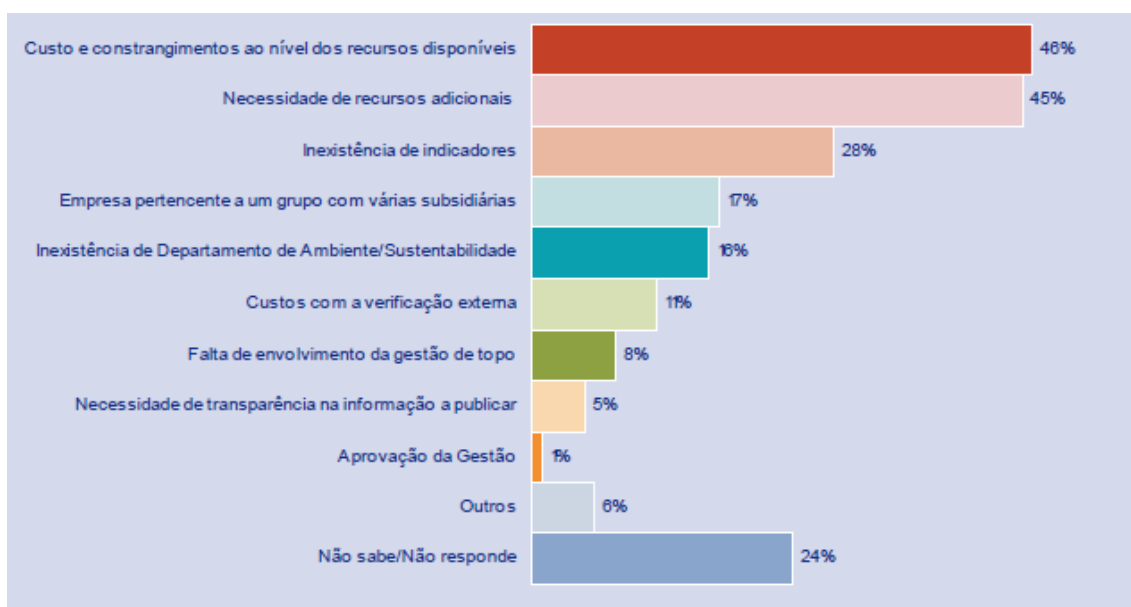


Figura 6 - Dificuldades identificadas na publicação de relatórios de sustentabilidade

Fonte: KPMG 2007

O processo de seleção de conteúdos baseia-se essencialmente no normativo da GRI. Existe uma grande dispersão sobre os setores industriais que mais investem na divulgação de informação sobre a sustentabilidade. Também se constata que a preparação da informação a divulgar é transversal a vários departamentos, sendo os da área de comunicação e ambiente os que ganham o maior protagonismo (KPMG, 2007).

A nível internacional, e segundo o *site* CorporateRegister.com, desde o ano 1992 que a publicação de relatórios de sustentabilidade tem vindo a aumentar muito rapidamente. No ano de 1992 este tipo de publicação não tinha qualquer expressão, vinte anos depois já são publicados cerca de 6500 relatórios a nível mundial (Figura 7). No entanto verifica-se que existe a partir do ano 2010 um abrandamento de novas publicações, no qual poderemos provavelmente relacionar com a crise financeira mundial que se vive atualmente.

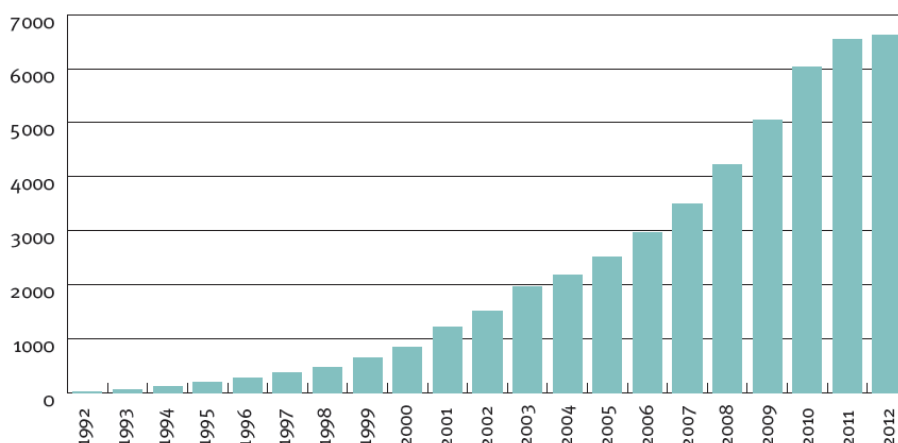


Figura 7 - Registo anual de Relatórios de Sustentabilidade.

Fonte: *The CorporateRegister.com*

Pela figura 8, verifica-se que desde o ano 1992 até ao ano 2011, a publicação de relatórios de sustentabilidade tem vindo a aumentar, não apenas em Portugal mas também nos maiores países do mundo. Apesar do gráfico demonstrar que Portugal é dos países que menos relatórios de sustentabilidade publica, este deve ser lido de uma forma relativa, uma vez que Portugal por ser uma país mais pequeno não poderá ser comparado ao nível de publicação do Reino Unido, dos Estados Unidos da América ou da Alemanha.

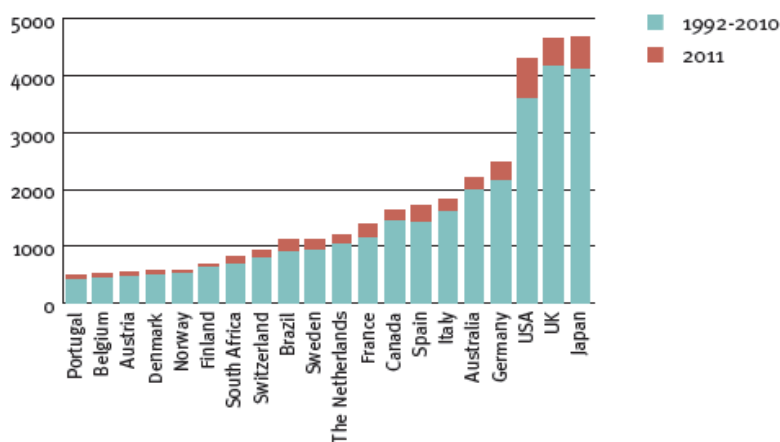


Figura 8 - Registo anual por países de Relatórios de Sustentabilidade.

Fonte: *The CorporateRegister.com*

No entanto, apesar do número de publicações ficar muito aquém dos outros países, a maioria dos relatórios publicados tem por base o normativo da GRI (Figura 9).

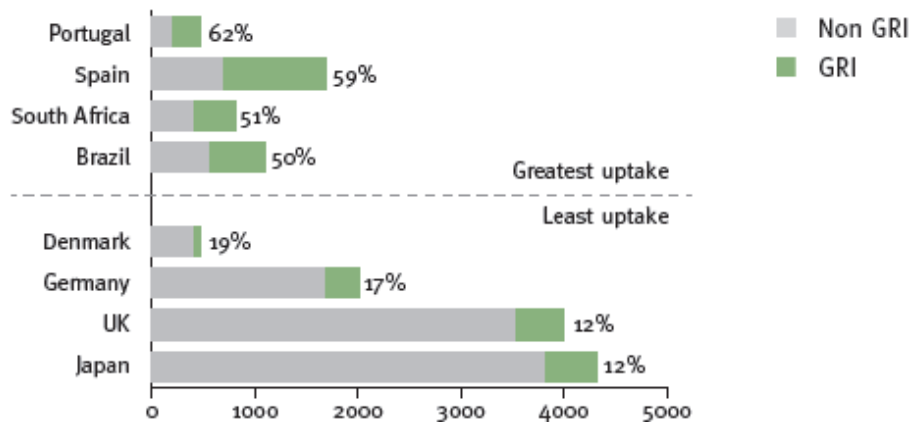


Figura 9 - Países com maior ou menor % de relatórios de sustentabilidade segundo a GRI.

Fonte: *The CorporateRegister.com*

Um outro estudo importante foi levado a cabo na Austrália, denominado por “*The Role of accountants in sustainability reporting – A local government study*”, de Williams et al. (2010). O principal objetivo deste estudo está relacionado com o facto de se querer explorar qual o papel desempenhado pelos contabilistas, no setor público, especificamente na administração local na Austrália, na elaboração do relatório de Sustentabilidade. A compreensão do papel desempenhado pelo contabilista neste tipo de organização ajudará a perceber o quão importante será o seu papel no relato da sustentabilidade no setor público. Os autores consideram existir uma maior necessidade de reconhecimento dos contabilistas nesta área.

Este estudo também averiguou qual o departamento que prepara os relatórios de sustentabilidade, se nesse processo estavam a ser utilizados os contabilistas, a razão de recorrerem ou não aos contabilistas e quais eram as suas funções na elaboração no processo de relato.

Quanto ao departamento responsável, constatou-se no estudo Australiano que o departamento de planeamento empresarial é o mais utilizado na preparação dos relatórios de sustentabilidade (20%), seguido do departamento ambiental (17,9%). Habitualmente são formadas equipas para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade (37,9%), onde são integrados colaboradores dos outros departamentos, nomeadamente, 35,2% do departamento ambiental, 29,6% departamento financeiro, 12,7% do departamento estratégico e 19,7% departamento de planeamento. Desta análise verifica-se que, no global, o departamento com mais envolvimento no relato é o departamento ambiental, tanto como equipa como departamento por si só.

No que concerne à utilização dos contabilistas em todo este processo, no total de 95 respostas verifica-se que 50,5 % utilizam contabilistas no processo de elaboração do relato da sustentabilidade, ao passo que 48,4% não utilizam. Do total de respostas obtidas, a fração que não utiliza contabilistas no processo de relato divide-se em 69,6% rurais e 30,4% urbanos. Deste modo verifica-se que as empresas que se localizam em locais mais afastados das grandes cidades (locais onde existe maior escassez de técnicos especializados) são as que utilizam mais os contabilistas em comparação com as empresas que se situam nos centros urbanos, onde existem mais concentração de pessoas especializadas e empresas.

A análise também foi conduzida no sentido de saber quais os departamentos que mais utilizavam os contabilistas, assim 68,8% dos departamentos financeiros inquiridos utilizam os contabilistas para assistir ou integrar o processo de relato da sustentabilidade contra 31,2% que não utilizam os contabilistas. Por outro lado 63,6% dos departamentos de planeamento estratégicos utilizam o TOC na elaboração do relatório de sustentabilidade contra 36,4% destes departamentos que não delegam ao TOC este tipo de responsabilidades. Desta forma, também 45,2% dos departamentos ambientais integram os técnicos oficiais de contas face aos 54,8% que não o fazem. Como seria de esperar, o departamento financeiro é aquele que incorpora mais contabilistas.

Quando questionados sobre o porquê da utilização de contabilistas, as razões mais apontadas, foram as questões orçamentais (91,8%), seguida da avaliação da viabilidade financeira (89,8%), e as competências analíticas dos contabilistas (85,7%). Williams et al. (2010) estudaram ainda se o tipo reporte voluntário explica o porquê dos contabilistas serem utilizados. Assim, as 48 autoridades que responderam foram separadas em dois grupos, as que seguem o *triple bottom line* (TBL) e as que seguem outro tipo de abordagem. Os resultados da análise conduzem a uma diferença significativa entre os dois grupos. Os contabilistas são utilizados no relato de sustentabilidade pois esta é vista como uma extensão do relato financeiro. Uma análise mais detalhada mostra que as autoridades que reportam sobre as normas do TBL consideram este facto mais importante sobre as que não relatam segundo as normas TBL. Assim, as autoridades que reportam segundo o TBL veem os contabilistas no seu papel mais tradicional e encaram o relato da sustentabilidade como uma extensão do relato financeiro.

Quanto ao papel dos contabilistas no processo de elaboração dos relatórios de sustentabilidade, 91,8% consideram que o papel do contabilista é fornecer informação financeira, 89,8% fornecer assistência quanto aos custos financeiros, 83,7% considera o contabilista como assessor. As funções de decisor chave e membro das equipas de sustentabilidade foram os papéis menos associados aos TOC.

Quando questionados sobre o porquê da não utilização dos contabilistas no processo de elaboração dos relatórios de sustentabilidade a razão mais indicada foi a falta de perícia necessária para elaborar um relato desta natureza. As outras razões consistiram no facto dos contabilistas estarem mais ocupados com outro tipo de relato e que as organizações nunca pensaram em utilizar os contabilistas.

3.6. Normas de verificação dos relatórios de sustentabilidade

Segundo a GRI (2006), a verificação trata-se de uma política e prática corrente relativa à procura de um processo independente de garantia de fiabilidade para o relatório. O termo verificação é utilizado para descrever uma revisão ou auditoria de dados históricos não financeiros. A verificação externa e independente dos relatórios de sustentabilidade resulta da necessidade de transparência e prestação de contas por parte da empresa (KPMG, 2007).

No estudo da KPMG (2007) a verificação dos relatórios não era ainda um aspeto muito relevante para as empresas, pois apenas 42% das empresas participantes tinham este relatório verificado. Estas empresas referiram que o principal benefício da verificação do relatório é o aumento da reputação e da credibilidade. Porém, a verificação externa traz consigo um grande custo associado.

Segundo Caseirão (2012), a temática da certificação teve um enorme progresso. Partiu-se de uma situação onde não era possível fazer a validação do relato da responsabilidade social para um nível onde existem normas que podem ser utilizadas universalmente. De seguida apresentam-se as normas mais utilizadas na verificação de relatórios de sustentabilidade⁸:

- AA1000 (*AccountAbility*);

⁸ Para mais detalhes consultar as normas de verificação.

- GRI (*Global Reporting Initiative*)
- ISAE 3000 (*International Standard on Assurance Engagements 3000*)

No entanto existem outras normas que também poderão ser utilizadas para certificar e verificar os relatórios de sustentabilidade.

- ISO 14000 (*International Organization of Standardization*)
- SA 8000 (*Social Accountability International*).

3.7. O Relato da Sustentabilidade e o papel do Técnico Oficial de Contas

Em Portugal são já alguns os trabalhos realizados acerca da sustentabilidade ao longo dos últimos anos (e.g., Guerreiro, 2012; Caseirão, 2012; Dias, 2009). No entanto falta perceber qual será o papel do TOC e da contabilidade na divulgação/ relato da sustentabilidade.

Se se reduzir uma empresa apenas aos seus aspetos económicos e financeiros, está-se a “retirar à contabilidade o importante papel social que esta ciência tem”, tais como, “o respeito pelo meio ambiente, respeito pelos consumidores, realização de transações comerciais justas, entre outras” (“Investir no papel social da contabilidade”, 2012, p. 27).

“A contabilidade é capaz de reconhecer e divulgar informações que integram diferentes tipos de desempenho de uma entidade, assumindo-se ela própria como um poderoso instrumento de desenvolvimento sustentável” (“A sustentabilidade como fator de união”, p.14). A contabilidade é um instrumento de comunicação da sustentabilidade pois consegue integrar os três pilares – o económico, o social e o ambiental. Permitindo assim que “os diferentes destinatários da informação contabilística possam tomar decisões mais fundamentadas e mais sustentáveis (“Sustentabilidade como fator de união”, 2013, p.14).

Outro autor defende ainda que “menosprezar o papel social que as empresas têm é estarmos a reduzir a necessidade da contabilidade nessas entidades” (“Investir no papel social da contabilidade”, 2012, p.27). A informação disponibilizada pela contabilidade

deve ser vista “como um meio criador de valor e não apenas um gasto que as empresas têm de suportar” (“Investir no papel social da contabilidade”, 2012, p.27).

Segundo Kraemer, citando Sá (2002), o Técnico Oficial de Contas é o maior responsável pela disseminação da responsabilidade social nas empresas onde presta serviços. Uma vez que tem acesso a informações privilegiadas capazes de influenciar positivamente as organizações e contribuir para a tomada de decisões.

Ana Maria Rodrigues (“Sustentabilidade como fator de união”, 2013, p.14) defende ainda que o TOC deverá ser capaz de desenvolver, monitorizar e comunicar as estratégias de negócio e os indicadores de desempenho, em que todos os *stakeholders* são incorporados num contexto de sustentabilidade. Reconhece também que “não podem ser motivações economicistas que devem estar na base do desenho de qualquer sistema contabilístico mais exigente e mais preocupado para divulgar a informação de natureza não apenas económico-financeira” (“Sustentabilidade como fator de união”, 2013, p.14).

Também será importante ressaltar que existem diferenças significativas entre ser Técnico Oficial de Contas numa grande empresa ou numa Pequena e Média Empresa (PME). Segundo Bonacho (2012), um TOC de uma PME⁹ tem de ter formação em todas as áreas, terá de saber dar resposta a todas as situações do quotidiano das empresas. Numa grande empresa isto não acontece, como têm uma dimensão diferente criam áreas especializadas para tratar de cada um dos assuntos. Por exemplo, o departamento de recursos humanos, departamento de sustentabilidade, departamento financeiro, entre outros.

Tendo em conta a realidade que conhecemos, a temática da responsabilidade social está intrinsecamente ligada às empresas de maior dimensão e com uma capacidade financeira relevante. Daí que a processo de recolha, análise e elaboração de relatórios de sustentabilidade esteja a cargo de departamentos especializados, os quais são compostos por equipas qualificadas, com conhecimentos a vários níveis. Assim, faz todo o sentido que o profissional Técnico Oficial de Contas (TOC) faça parte destas equipas. Sendo fundamental que o TOC integre estas equipas, que seja ouvido e que participe na preparação e recolha da informação de natureza financeira (Caseirão, 2012).

⁹ Limites para a distinção em http://www.eicpme.iapmei.pt/eicpme_faq_02.php?tema=7

Para Caseirão (2012) não existe melhor profissional que possa identificar, classificar, registar, analisar, reportar e avaliar um dos pilares da responsabilidade social, a componente financeira da empresa. “Os TOC não deverão alhear-se desta importante oportunidade de trabalho, pelo que, a sua participação será de maior valia e, decerto, geradora de alto valor acrescentado para as entidades onde prestam os seus serviços.” (Caseirão, 2012, p.60).

Por outro lado, Guerreiro (2012) defende que existe ainda uma questão fulcral por responder, “Quem deve assumir o papel central nas questões da preparação, e divulgação (relato) da sustentabilidade?”. Deverá permanecer nos departamentos de comunicação e imagem, continuar-se-á a contratar consultoras especializadas. Será que a possibilidade de elaboração de relatórios de sustentabilidade se encontra vedada às pequenas e médias empresas, as quais não têm mais recursos disponíveis. Para o autor,

“independentemente da dimensão da empresa”, existe “um profissional nos quadros ou em regime de avença, que conhece profundamente a atividade e as operações, o quadro económico, social e ambiental em que elas operam, e tem uma larga experiência na conceção e manutenção de um sistema de informação (a contabilidade financeira) que permite o registo dos factos patrimoniais da empresa e que viabiliza o cumprimento das suas obrigações legais em matéria de relato financeiro, e obrigações fiscais: O Técnico Oficial de Contas” (Guerreiro, 2012, p. 13).

A figura do TOC é hoje em dia caracteriza-se por ser

“o único técnico superior com que as empresas mantêm algum tipo de vínculo e que as apoia no seu dia-a-dia, para que estas possam relatar sustentabilidade e tirar partido deste novo tipo de estratégias empresariais, a participação ativa do TOC neste processo mais do inevitável, ela constitui uma oportunidade para os TOC. Oportunidade para aqueles que exercem a sua profissão por conta de outrem, de enriquecerem a sua função e terem um papel mais ativo e central na vida da empresa, os que a exercem de modo liberal ou em empresa de contabilidade podem ver nesta oportunidade a possibilidade de acrescentar valor à sua carteira de serviços a oferecer aos clientes, permitindo estreitar e sedimentar as relações entre o TOC e o empresário” (Guerreiro, 2012, p.13).

Assim, a elaboração dos relatórios de sustentabilidade deve ser encarado pelo TOC como uma nova oportunidade de trabalho e de diversificação da sua atividade.

4. O PAPEL DO TOC NA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE - ESTUDO EMPIRICO

Como vimos nos capítulos anteriores, desde há muito tempo que as temáticas da responsabilidade social e da sustentabilidade começaram a despertar interesse a nível mundial e são várias as teorias e conceitos desenvolvidas. A comunicação da sustentabilidade começou a ser percebida pelas empresas como uma ferramenta de gestão utilizada para alcançar o melhor desempenho organizacional e já são várias as organizações que trabalham no desenvolvimento de normas que orientam a elaboração de um relatório de sustentabilidade. No anterior capítulo verifica-se também que a longo prazo o TOC poderá vir a ter um papel fundamental na elaboração de Relatórios de Sustentabilidade.

Este capítulo está organizado em três partes. A primeira reporta à apresentação dos objetivos e as hipóteses a testar neste estudo. Na segunda parte será discriminada toda a metodologia de investigação e a caracterização da amostra, apresentando-se uma visão geral das empresas que participaram no estudo. Na terceira parte far-se-á a apresentação e a discussão dos resultados.

4.1. OBJETIVOS E HIPÓTESES A TESTAR

Este estudo empírico tem como objetivos principais elaborar um retrato da realidade portuguesa face publicação dos relatórios de sustentabilidade assim como, verificar qual o papel do TOC na elaboração dos relatórios de sustentabilidade. Concomitantemente, deseja-se também:

- Determinar a percentagem de empresas portuguesas, do universo das 500 maiores e melhores, que publicam relatórios de sustentabilidade;
- Determinar se são empresas mais velhas ou mais novas que publicam relatórios de sustentabilidade;

- Determinar que áreas da sustentabilidade são integradas no relatório de sustentabilidade, assim como o ano de início do reporte e a periodicidade da publicação;
- Determinar se a publicação do relatório de sustentabilidade é efetuado num relatório autónomo ou integrado no relatório de contas;
- Verificar os fatores motivacionais para a publicação dos relatórios de sustentabilidade;
- Verificar os principais benefícios com a publicação dos relatórios de sustentabilidade;
- Identificar os principais constrangimentos na publicação de um relatório de sustentabilidade;
- Identificar as normas mais procuradas para a elaboração de um relatório de sustentabilidade;
- Determinar qual o departamento responsável pela elaboração do relatório de sustentabilidade;
- Verificar se as empresas recorrem a verificação externa; e
- Identificar as principais motivações para a não publicação de um relatório de sustentabilidade.

Desta forma, tal como referenciado em Dias (2009, p.69) “a maioria dos estudos conclui que as empresas de maior dimensão são as responsáveis por uma maior quantidade e qualidade da informação ambiental e social divulgada (Patten, 1991; Hackston e Milne, 1996; Adams et al, 1998; Moneva e Llena 2000; Archel, 2003; Larringa et al, 2008). Estas empresas, para além de terem de cumprir obrigações legais relacionadas com a comunicação das suas atividades (Tilt, 1994, Wilmshurst e Frost, 2000) são simultaneamente as que se encontram mais visíveis e sujeitas a pressões públicas e da comunicação social (Patten, 1991; Gray et al, 1995a; Deegan e Gordon, 1996; Bansal, 2005) o que poderá justificar maior divulgação de informação.”

Segundo Dias (2009), que conforme vários estudos elaborados por outros autores (Geegan e Gordon, 1996; Hackson e Milne, 1996; Adams et al, 1998; Tilt, 1997; Deegan et al, 2002; Archel, 2003; Koll 2004, 2005; Branco e Rodrigues, 2008a; citados por Dias, 2009) existem diferenças significativas, quer na qualidade quer na quantidade de informação divulgada, consoante o sector de atividade. Esta situação advém do

cumprimento obrigatório da legislação e da consciencialização por parte das empresas do meio onde estão inseridos, sendo que as empresas com maior impacto ambiental têm por norma maior divulgação de informação. No entanto, para Dias (2009, p.70), e segundo os estudos de (Kolk 2002, 2005; Branco e Rodrigues 2008b; citados por Dias, 2009) “os sectores considerados “mais limpos”, designadamente o setor financeiro, serviços, comunicação e média, têm conhecido um incremento de divulgação destas matérias superior ao verificado nos sectores considerados tradicionalmente como de maior impacto”.

Assim, tentou-se obter fatores explicativos sobre a elaboração dos relatórios de sustentabilidade, o papel que o TOC desempenha na elaboração dos mesmos e relacioná-los com as características das empresas que participaram no estudo. Consequentemente, propõe-se as seguintes hipóteses:

***Hipótese 1:** Existem diferenças significativas entre empresas mais novas e com mais idade quanto à utilização da informação produzida pelo Técnicos Oficiais de Contas na elaboração dos relatórios de sustentabilidade.*

***Hipótese 2:** Existe evidência que quando o relatório de sustentabilidade é preparado em departamento específico (e.g., de sustentabilidade ou ambiental), o TOC integra as equipas de preparação.*

***Hipótese 3:** Existe diferenças significativas nas empresas que publicam relatórios de sustentabilidade e sector de atividade a que pertencem.*

***Hipótese 4:** Existe diferenças no papel que o TOC exerce na elaboração do relatório de sustentabilidade entre empresas com mais versus menos idade.*

4.2. METODOLOGIA

4.2. 1 - Questionário e procedimentos

Os dados foram recolhidos através de inquérito por questionário. Este foi distribuído por *e-mail*, por este ser um meio não dispendioso e rápido, pese embora tenha a desvantagem de, geralmente, originar uma reduzida taxa de resposta (Sousa et al., p99).

As organizações que pertenceram à amostra foram selecionadas considerando a lista das 500 Melhores & Maiores Empresas portuguesas (Revista Exame, 2012). Na referida lista, existem muitos casos de empresas que pertencem ao mesmo grupo e por isso, de modo a evitar duplicação de questionários enviados para empresas do mesmo grupo económico, apenas foram enviados 395 questionários. Destes, foram recebidas 35 respostas (taxa de resposta de 9%).

Este questionário, em formato digital, foi disponibilizado na plataforma *Google Docs*, tendo sido enviado por *e-mail* às empresas, entre o mês de Abril a Junho de 2013. Posteriormente ao envio, foram ainda efetuados contactos telefónicos com as empresas, para garantir um maior sucesso na taxa de resposta, e para que questionário fosse direcionado para o Técnico Oficial de Contas. Obteve-se assim uma taxa de resposta de 9%¹⁰.

O questionário intitulado “O papel do Técnico Oficial de Contas na elaboração de Relatórios de sustentabilidade” foi construído tomando em consideração os trabalhos anteriormente mencionados, dos que se destacam: (a) o de Williams et al. (2010), desenvolvido na Austrália no ano de 2009 e intitulado *The Role of accountants in sustainability reporting- A local government study*, e (b) o da KPMG (2007), intitulado “Estudo da KPMG sobre a publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal”.

O questionário está dividido em quatro partes (Ver apêndice 5). Na primeira parte, apresenta-se um conjunto de treze perguntas relacionadas com a publicação de relatórios de sustentabilidade, motivações, constrangimentos e perspetivas. A segunda parte está focalizada na perceção de qual é o papel que o Técnico Oficial de Contas tem na elaboração de relatórios de sustentabilidade. A terceira parte, constituída por um conjunto três perguntas, foca a temática da verificação dos relatórios, tentando saber-se as empresas têm por hábito “certificar” este tipo de relatórios. A quarta parte visa obter a caracterização das empresas (e.g., a sua natureza, número de trabalhadores) e da pessoa que respondeu ao questionário (e.g., a função desempenhada na empresa).

Para a análise de dados será elaborada uma análise estatística descritiva e ainda se utilizará o *software* informático IBM SPSS - *Statistical Package for the Social Sciences* para uma análise estatística inferencial, conseguindo assim validar as hipóteses de

¹⁰ A taxa de resposta obtida pela no estudo efetuado pela KPMG, no ano 2006, foi de 35,5%.

investigação e apresentar as conclusões finais. Para testar as hipóteses utilizar-se-á a estatística de teste Qui-quadrado. Segundo Marôco (2011, p.99), “o Teste do Qui-quadrado (χ^2), serve para testar se duas ou mais populações independentes diferem relativamente a uma determinada característica”.

4.2.2. Amostra e caracterização das empresas e dos respondentes

Das 35 respostas obtidas verifica-se que 71% (27 empresas) dizem respeito a sociedades anónimas, 11% (4 empresas) são sociedade por quotas e 17 % são de outra natureza jurídica (6 empresas) (tabela 6).

A maioria das empresas tem mais de 31 anos de existência (57%), 23% tem entre 11 a 20 anos, 11% entre 6 a 10 anos e 9% possui entre 21 e 30 anos.

A atividade principal de 31% das empresas são os serviços, 23% o comércio e a distribuição, 14% o setor alimentar e bebidas, 11% o químico, 9% o petrolífero e gás, 9% setor dos transportes, assim como 3% a metalomecânica e engenharia.

Relativamente às pessoas que em cada empresa responderam ao questionário, 40% são Técnicos Oficiais de Contas, 20% diretores do departamento de responsabilidade social, 14% diretores do departamento financeiro, 6% são administradores, 6% diretores do departamento de comunicação e 14% desempenham outro tipo de funções (Tabela 6).

Tabela 6 - Perfil das empresas (n=35)

NATUREZA JURÍDICA		%
LDA	4	11
S.A	27	72
Outra Natureza	6	17
IDADE		
Até 5 anos	0	0
6-10 anos	4	11
11-20 anos	8	23
21-30 anos	3	9
31 ou mais anos	20	57
Nº DE TRABALHADORES		
Até 10 trabalhadores	2	6
10- 49 trabalhadores	1	3
50 - 249 trabalhadores	11	31
250-499 trabalhadores	2	6
500 ou mais trabalhadores	19	54
VOLUME DE VENDAS		
<= 2 milhões de euros	1	3
<= 10 milhões de euros	2	6
<= 50 milhões de euros	3	9
+ 50 milhões de euros	29	83
RAMO DE ATIVIDADE		
Transportes	3	9
Construção e produção	0	0
Comércio e distribuição	8	23
Banca, Seguros e Serviços	0	0
Metalomecânica e engenharia	1	3
Imobiliário	0	0
Químico	4	11
Alimentar e bebidas	5	14
Comunicação e Media	0	0
Petrolífero e Gás	3	9
Silvicultura, pasta e papel	0	0
Outros serviços	11	31
FUNÇÃO		
Administração/ Diretor Geral	2	6
Diretor departamento financeiro	5	14
Diretor departamento comunicação	2	6
Diretor recursos humanos	0	0
Diretor Dep. Responsabilidade Social	7	20
Técnico Oficial de Contas	14	40
Outro	5	14

4.3. RESULTADOS

4.3.1 - A publicação de relatórios de sustentabilidade: Apresentação de resultados¹¹

Das 35 empresas que responderam ao questionário, 57% não publicam relatório de sustentabilidade (20 casos), enquanto 43% o fazem (15 casos) (Tabela 7). Comparando com o estudo da KPMG (2007) a posição das empresas alterou moderadamente, existindo um aumento das empresas que publicam o seu relatório de sustentabilidade. No estudo da KPMG de 2007, (103 casos) apenas 34% publicavam informação relativamente à sustentabilidade.

Quanto à relação entre a idade das empresas e a publicação de relatórios de sustentabilidade, são as empresas que exercem a sua atividade há mais de 31 anos que publicam mais relatórios de sustentabilidade (80%), apenas 20% das empresas apresentam uma idade ente 11 a 20 anos. (Apêndice 1)

Todas as empresas que publicam relatórios de sustentabilidade retratam nesses relatórios os três pilares da sustentabilidade – a económica, a social e a ambiental – sendo que quatro delas ainda admitem incluir no relatório de sustentabilidade outras áreas, nomeadamente, a segurança rodoviária e o relacionamento com os *stakeholders*, *governance* e sociedade (Tabela 7).

Tabela 7 – Reportar a sustentabilidade

Reportar a sustentabilidade	Número	Percentagem	Número	Percentagem
Sim	15	43%		
Ambiental			15	100%
Social			15	100%
Económico			15	100%
Outra área			4	27%
Não	20	57%		
Total	35	100%		

¹¹ Parte dos resultados foram apresentados previamente no III Congresso Internacional de Verão Europa cidadã – pessoas, empresas e instituições, 6-7 de setembro. Évora, por Lima et al. (2013).

No que concerne à periodicidade de publicação dos relatórios de sustentabilidade, 80% das empresas (12 casos) mantêm a base anual para a apresentação deste relatório, tal como faz com outros relatórios apresentados no final de cada exercício. 7% (1 caso) admite fazê-lo apenas de 2 em 2 anos, sendo que 13 % apresenta este relatório semestralmente (2 casos) (Gráfico 1). Os resultados apresentados nestas questões assemelham-se ao estudo da KPMG (2007), uma vez que domina a base anual para a publicação deste tipo de relatório.

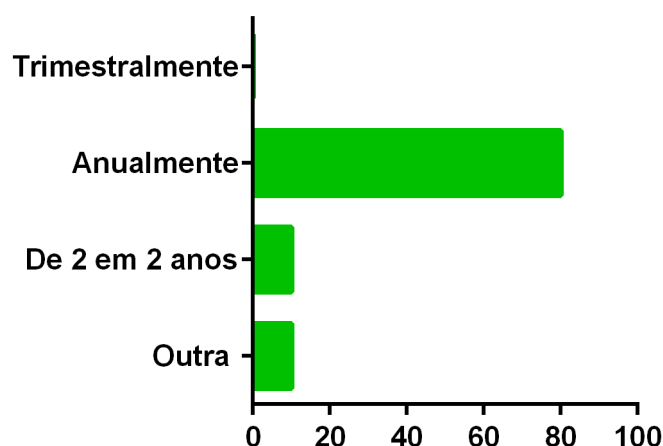


Gráfico 1 – Periodicidade de relato do relatório de sustentabilidade (n=15)

Relativamente à forma de apresentação, 60% das empresas (9 casos) elaboram este tipo de relatório de uma forma independente, 20% (3 casos) incluem um capítulo no relatório de contas sobre as suas ações de sustentabilidade, 7% (1 caso) apenas disponibiliza este tipo de informação na área do *website* da empresa, sendo que 13% (2 casos) têm outras formas de apresentar a informação sobre a sustentabilidade, no entanto não existiu qualquer especificação.

Perguntou-se também às empresas em que anos iniciaram a elaboração e publicação do relatório de sustentabilidade. Como se verifica pela tabela 8, 12 empresas (80%) começaram o relato da vertente económica em anos anteriores a 2008, uma empresa (6,7%) iniciou em 2009 e duas empresas (13,3%) em 2010. A vertente social foi iniciada por 11 empresas (73,3%) em anos anteriores a 2008, duas empresas (13,3%) em 2009, por uma empresa (6,7%) em 2010 e por outra empresa (6,7%) 2011. A vertente ambiental começou a ser incluída no relatório de sustentabilidade em 11 empresas

(73,3%) em anos anteriores a 2008, por uma empresa (6,7%) em 2009, duas (13,3%) em 2010 e uma empresa (6,7%) em 2011.

Tabela 8 – Ano de início da publicação do relatório de sustentabilidade – por áreas

Ano	Ambiental	Social	Económica	Outra área
2012	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%
2011	1 6,7%	1 6,7%	0 0,0%	0 0,0%
2010	2 13,3%	1 6,7%	2 13,3%	0 0,0%
2009	1 6,7%	2 13,3%	1 6,7%	1 25,0%
2008	0 0%	0 0%	0 0%	0 0%
Anterior a 2008	11 73,3%	11 73,3%	12 80,0%	3 75,0%
Total	15 100%	15 100%	15 100%	4 100%

As empresas que integraram o estudo apesar de possuírem nomes e áreas de negócio diferentes podem por vezes fazer parte do mesmo grupo empresarial. Por isso, considerou-se importante perguntar às empresas quem elaborava e publica o relatório de sustentabilidade. 93% das empresas indicam que é a empresa mãe que publica o relatório de sustentabilidade, apenas em 7% a publicação é levada a cabo pela subsidiária local.

No que concerne à forma de publicação do seu relatório de sustentabilidade, 60% das empresas prefere fazê-lo em relatório independente, 20% admite incluir um capítulo sobre esta temática no relatório de contas, 7% apenas disponibiliza informação sobre as suas práticas de responsabilidade social na área do *website* da empresa, 13% disponibilizam este tipo de informação por outras formas (anexo ao relatório de contas ou relatório integrado).

Como se verificou no capítulo três, são vários os fatores que levam as empresas a publicarem dos relatórios de sustentabilidade. Por isso, considerando uma escala de 1 a 5, em média as empresas que participaram no estudo, consideram como importantes os

seguintes fatores motivacionais para a elaboração do relatório de sustentabilidade (ordenados de modo decrescente): éticos (média: 4,9; desvio padrão: 0,4), reputação/marca (média: 4,4; desvio padrão: 0,7), risco (média: 4,4; desvio padrão: 0,8), motivação dos colaboradores (média: 4,3; desvio padrão: 0,7), económicos (média: 4,2; desvio padrão: 1,1), inovação e aprendizagem (média: 4,1; desvio padrão: 0,8), acesso a capital (média: 3,3; desvio padrão: 1,6), e quota de mercado (média: 3,1; desvio padrão: 1,4). (Gráfico 2)

Comparando estes resultados com o estudo da KPMG (2007), continuam a ser os fatores éticos e a reputação/marca os fatores mais indicados para a elaboração do relatório de sustentabilidade.

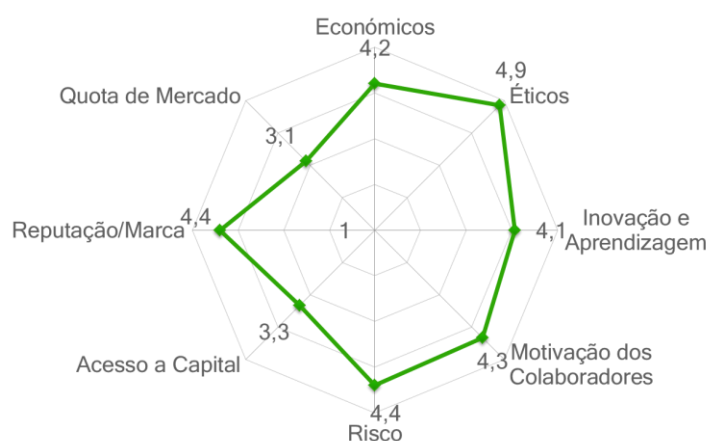


Gráfico 2 – Fatores motivacionais para a elaboração do relatório de sustentabilidade

Quanto aos benefícios obtidos com a publicação de relatórios de sustentabilidade, o principal advém da empresa melhorar a confiança dos *stakeholders* (100%), seguindo-se o facto de melhorar a reputação (67%); 60% considera ainda que existe uma melhoria do desempenho operacional e da gestão, 60% refere que o principal benefício reside no facto de se fazer cumprimento de exigências internas e externas, e 60% admite que com a publicação do relatório de sustentabilidade, o controlo da informação ambiental aumenta. 53% identifica a melhoria da gestão de risco como benefício, 33% a possibilidade de comparar desempenhos, 27% refere que cria oportunidades de mercado, apenas 7% referiu outro tipo de benefícios, como a capacidades de compilar num só relatório as atividades desenvolvidas na área da sustentabilidade (Gráfico 3).

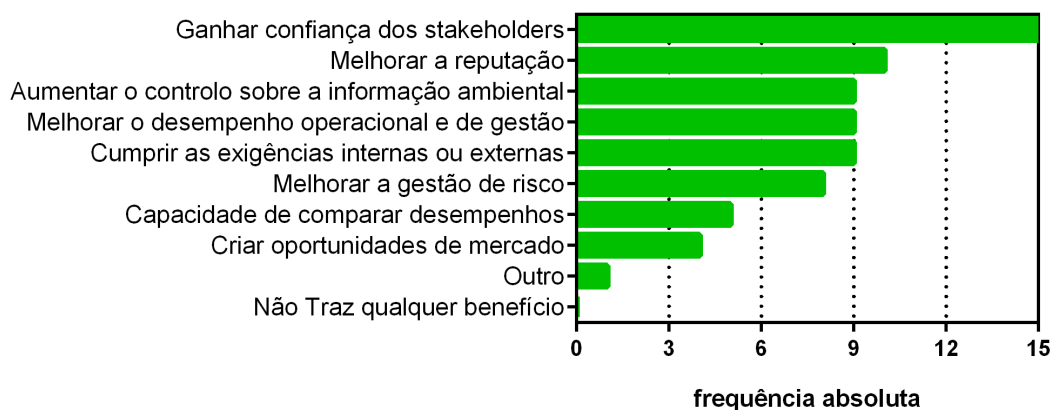


Gráfico 3 – Principais benefícios com a publicação do relatório de sustentabilidade (n=15)

Por outro lado, reconhecem ainda que este tipo de publicação traz algumas dificuldades no momento da sua elaboração. Sete empresas (47%) consideram que a necessidade de elaboração deste relatório requer a aquisição de recursos adicionais, e que por vezes os recursos das empresas são limitados, 40% (6 empresas) admitem existir custos associados aos recursos disponíveis nas empresas; 27% identifica como principal constrangimento o facto da empresa pertencer a um grupo com várias subsidiárias, assim como o facto de existirem os custos com a verificação externa, 13% das empresas identifica a inexistência de indicadores e a necessidade de transparência na informação a publicar como dificuldades aquando da elaboração do relatório de sustentabilidade; 7 % indica que a inexistência de um departamento de sustentabilidade/ambiente e a aprovação da gestão; 20% identifica outro tipo de dificuldades na elaboração do relatório. (Gráfico 4)

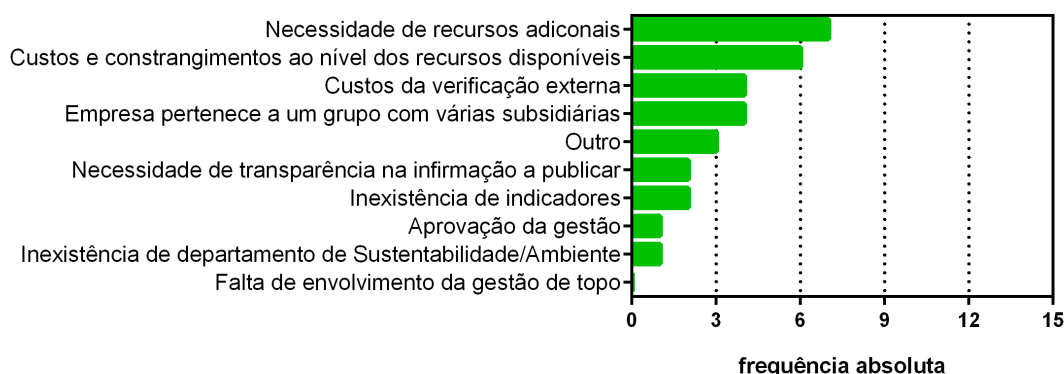


Gráfico 4 – Principais constrangimentos com a publicação do relatório de sustentabilidade (n=15)

São várias as organizações que se dedicavam à elaboração de normas que orientam as empresas na elaboração do relatório de sustentabilidade. Pelo gráfico 5 observa-se que a maioria das empresas utilizam as normas emitidas pela *Global Reporting Initiative* (GRI) na elaboração do seu relatório de sustentabilidade (13 empresas), três empresas preferem os princípios da *Global Compact*, assim como outras três empresas indicam a norma AA1000. Duas empresas indicam ainda que na elaboração do seu relatório se regem pela declaração dos direitos humanos da ONU, assim como outras duas empresas assumem os princípios da OIT como normas guia do seu trabalho. Três empresas indicaram ainda outro tipo de normas para a elaboração do seu relatório de sustentabilidade, sem mencionarem quais são. Verifica-se assim que as empresas não se orientam exclusivamente por uma só norma. Muitos são os casos em que as empresas fazem a sua conjugação e orientam o seu relatório com base em duas ou mais normas.

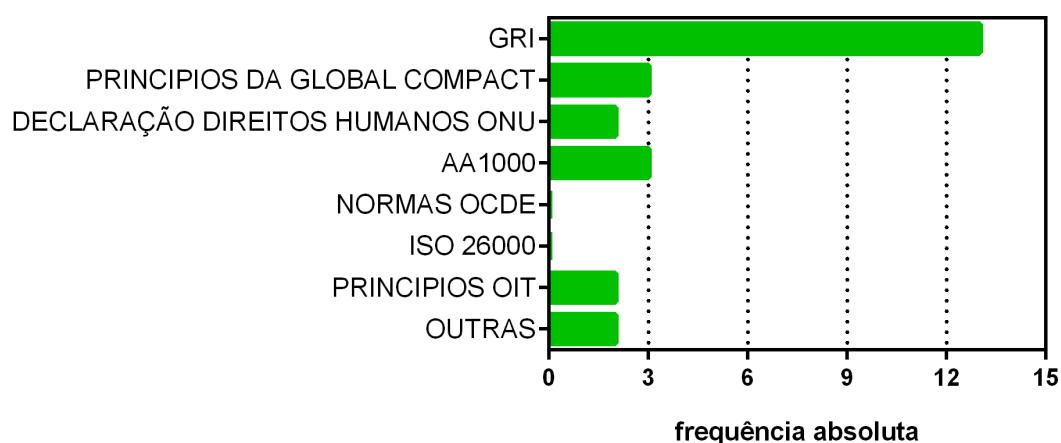


Gráfico 5 – Normas seguidas na elaboração do relatório de sustentabilidade (n=15)

Nesta questão perguntou-se ainda, o quão importante eram as normas emitidas pela GRI. Em média, numa escala de 1 a 5 (4,2; desvio-padrão de 1,1) as empresas consideram importantes as normas GRI para a elaboração do seu relatório de sustentabilidade.

Sendo o relatório de sustentabilidade um meio de divulgação das práticas de responsabilidade social da empresa, este servirá para informar todos os *stakeholders* da empresa, acerca da sua sustentabilidade e da sua comunidade. Assim, questionou-se as empresas qual o conceito de desenvolvimento sustentável, que melhor retratava a sua visão sobre esta temática. (Tabela 9)

As empresas na elaboração do seu relatório de sustentabilidade não utilizam apenas uma única forma de definição a sustentabilidade. As empresas assumem que a definição de desenvolvimento sustentável que consta do relatório de *Bruntland* é a que se adequa melhor ao seu relatório de sustentabilidade, porém também seguem as definições das normas AA1000, ISO 14000, Livro Verde e ISO 26000 (Tabela 10).

Tabela 9 – Definições de sustentabilidade (n=15)

Conceitos de RS	%	Número
Relatório de <i>Bruntland</i>	53	8
Livro verde	13	2
ISO 14000	20	3
AA1000	33	5
ISO 26000	13	2
OUTRA	13	2

Considerando as respostas das 15 empresas que indicaram que elaboravam e publicavam relatórios de sustentabilidade, explora-se de seguida a seguintes áreas: o departamento responsável pela preparação do relatório de sustentabilidade, o papel dos TOC no processo de elaboração dos relatórios, a razão de estes serem utilizados, e qual a função dos TOC em todo este processo.

4.3.2 - Departamento responsável pela preparação do relatório de sustentabilidade

O departamento de sustentabilidade é o responsável pela preparação do relatório de sustentabilidade em 53% dos casos, seguindo-se o outro tipo de departamento (40%) – aqui inclui-se o departamento de planeamento e controlo de gestão, de qualidade ou o de direção de projetos corporativos –, e em 7% das empresas o departamento ambiental (Gráfico 6).

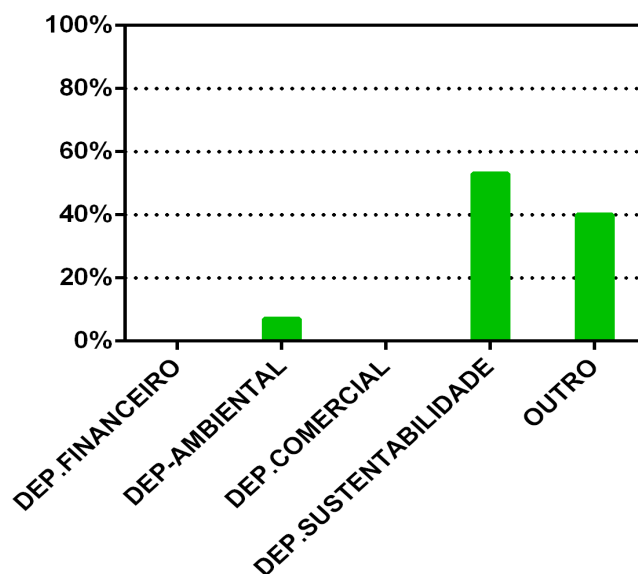


Gráfico 6 – Departamento responsável pela elaboração do Relatório de sustentabilidade (n=15)

De certa forma, estes resultados coincidem com o estudo de Williams et al. (2010) uma vez que neste estudo não foi identificado um departamento diretamente responsável pela elaboração do relatório de sustentabilidade, sendo no departamento ambiental que existia maior percentagem de equipas direcionadas exclusivamente para a sustentabilidade. Por outro lado, no estudo da KPMG (2007), o departamento de comunicação era o responsável mais frequente pela elaboração do relatório. Ambos os resultados podem indiciar uma alteração no paradigma na elaboração de relatórios de sustentabilidade. Pode sugerir que o relatório de sustentabilidade está a deixar de ser visto de uma forma instrumental para as empresas, investindo mais no relato da sua sustentabilidade (económica, social e ambiental) e por isso mais rigorosas no departamento a quem entregam esta responsabilidade.

4.3.3- A participação do Técnico Oficial de Contas nos relatórios de sustentabilidade

Perguntou-se também às 15 empresas que elaboram e publicam relatórios de sustentabilidade se utilizavam a informação produzida pelo TOC, para a elaboração do relatório. Assim, 73% das empresas (11 casos) utilizam esta informação como suporte do seu relatório, no entanto 27% não utiliza esta informação (Gráfico 7). Desta forma,

os resultados são coincidentes com os de Williams et al. (2010) onde em 50,5% dos casos a informação produzida externamente pelo TOC é utilizada na elaboração do relatório de sustentabilidade.

Verifica-se também que apesar da informação produzida pelo TOC ser uma mais-valia para elaborar o relatório de sustentabilidade, 80% destas empresas reconhece que o TOC não integra as equipas responsáveis pela elaboração do mesmo.

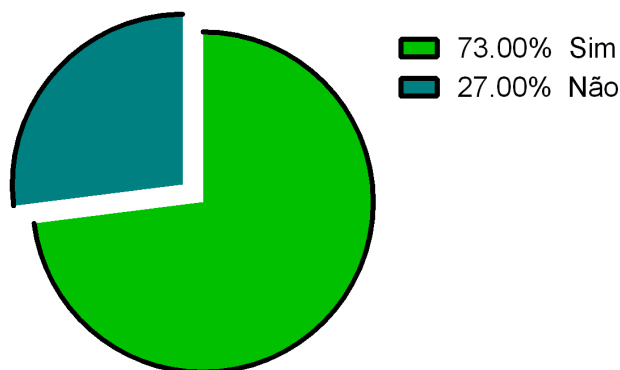


Gráfico 7 – Percentagem de empresas que utilizam a informação produzida pelo TOC (n=15)

Depois de verificado que a maioria das empresas utiliza a informação preparada pelo TOC, foi pedido às empresas para indicarem quais as três principais razões que as levam a recorrer ao TOC na elaboração do relatório de sustentabilidade. A necessidade de competências analíticas (100%), o acesso imediato à informação acerca da viabilidade financeira (100%) e a gestão de todo o processo orçamental (82%) foram as razões mais frequentemente indicadas pelas empresas. Apenas duas empresas (18%) responderam que utilizam o TOC apenas para fazer a extensão da parte financeira que integra o relatório de sustentabilidade (Gráfico 8). Os resultados obtidos vão ao encontro dos de Williams et al. (2010), pois também no seu estudo, a necessidade de competências analíticas (85,7%), o acesso à viabilidade financeira (89,8%) e a gestão do controlo orçamental (91,8%) foram as razões mais indicadas.

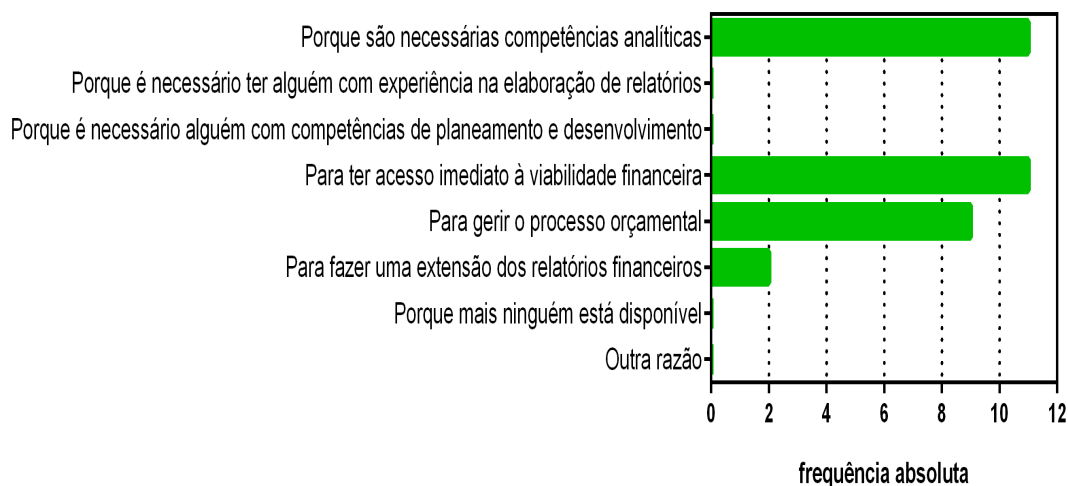


Gráfico 8 – Principais razões de utilização do TOC (n=11)

4.3.4- Papel/função que o TOC desempenha na elaboração do relatório de sustentabilidade

Seguidamente investiga-se a função que o TOC desempenhava quando se envolvia na elaboração de relatórios de sustentabilidade. Assim, 73% das empresas que utilizam o TOC na elaboração do relatório de sustentabilidade referiram que o fornecimento de informações de carácter financeiro é a sua principal função, enquanto 27% indicou que apenas integra as equipas que elaboram o relatório de sustentabilidade não estando definida exatamente qual a sua função (Gráfico 9). Desta forma o nosso estudo está em concordância com Williams et al. (2010) onde 91,8% das empresas referiram que a principal função desempenhada pelo TOC na elaboração do relatório de sustentabilidade é o fornecimento da informação financeira.

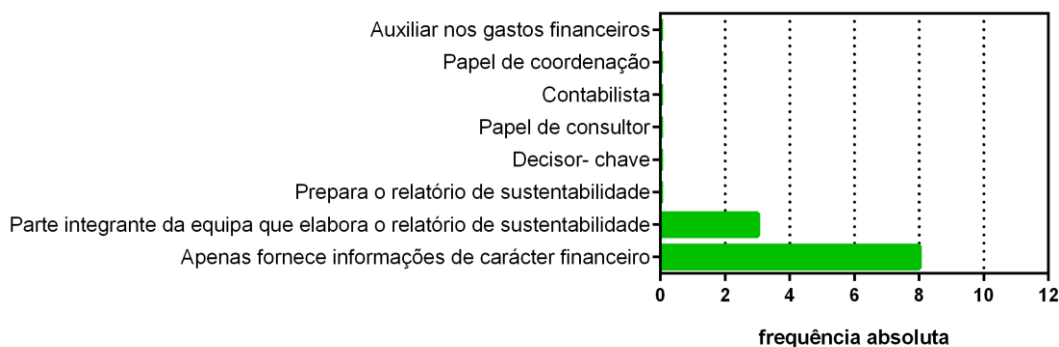


Gráfico 9 – Principais funções do TOC (n=11)

Nas 12 empresas que indicaram que o TOC não integrava as suas equipas de elaboração de relatório de sustentabilidade tentou-se saber qual a principal facto que leva a que esta realidade aconteça. Para além de indicarem inúmeras razões para além das propostas, nomeadamente o facto de contratarem grupos externos para o fazerem, de utilizarem a informação que consta do Relatório de Contas, a razão mais indicada foi o facto de nunca utilizarem o TOC para este fim (5 empresas), apenas uma empresa referiu que as competências do TOC eram irrelevantes nesta matéria (Gráfico 10).

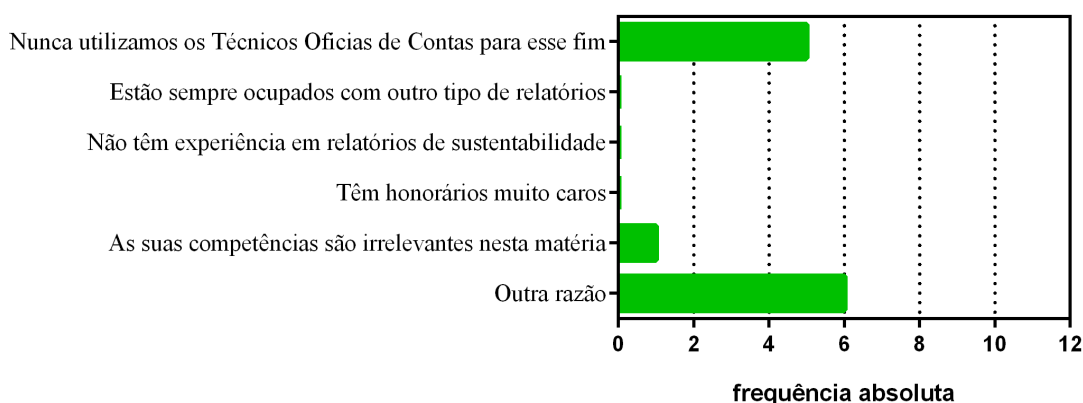


Gráfico 10 – Principais razões da não utilização do TOC (n=12)

4.3.5- Verificação externa dos relatórios de sustentabilidade

Por forma a garantir a veracidade e a transparência dos factos relatados, a verificação por entidades externas é um passo importante na acreditação do relatório de sustentabilidade. Tentou-se então investigar se as empresas recorreram a este serviço para fornecer mais credibilidade ao seu relatório de sustentabilidade. Assim, verifica-se pelo gráfico 11, que 60% das empresas inquiridas recorrem ao processo de verificação externa. 40% não recorrem ainda a este serviço, devido, em parte, aos custos associados.

No estudo da KPMG (2007) verificamos que das empresas que responderam ao questionário apenas 42% tiveram os seus relatórios verificados por entidades externas.

Assim, verifica-se que o número de relatórios verificados tem vindo a aumentar. As empresas que participaram no nosso estudo recorrem em maior percentagem ao processo de verificação externas para certificar os seus relatórios de sustentabilidade e fornecer-lhes um maior rigor e credibilidade.

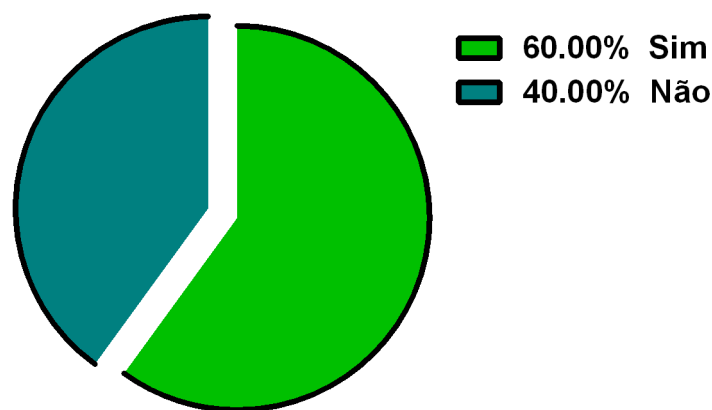


Gráfico 11 - Verificação Externa (n=15)

Para a elaboração da verificação do relatório de sustentabilidade também existem um conjunto de normas que as empresas podem seguir. Das 15 empresas que elaboraram relatórios de sustentabilidade, 60% (9 casos) recorrem à verificação externa. Destas, seis empresas (56%) fazem a sua verificação com base na norma AA1000, quatro empresas (33%) com base na norma ISAE 3000 e apenas uma empresa (11%) com base na norma ISO 14000.

Quanto à entidade que elabora a verificação externa do relatório de sustentabilidade, identifica-se a *Pricewaterhousecoopers* e a *KPMG & Associados, SROC* como as empresas de auditoria mais utilizadas para este processo. No entanto, na sua maioria as empresas inquiridas (4 casos) não delegam este serviço sempre à mesma entidade, estas são escolhidas anualmente em concurso público.

4.3.6- A não publicação de relatórios de sustentabilidade: práticas e motivações

Com estudo verifica-se que das 35 empresas que responderam ao questionário 57% não publicam relatório de sustentabilidade (20 casos). Assim tentou-se perceber o porquê das grandes empresas ainda não aderirem a esta prática. Pelo gráfico 12 verifica-se sete empresas admitem que o relatório de sustentabilidade não se aplica à realidade da empresa. Seis empresas consideram que se trata de uma prática que acarreta elevados gastos administrativos. Três empresas não reconhecem que haja qualquer tipo de vantagem com a elaboração do relatório de sustentabilidade, apenas uma empresa reconhece que este relatório constitui uma perda de tempo. Uma empresa admite que as dimensões sociais e ambientais estão pouco desenvolvidas na sua empresa. Quatro

empresas apresentaram ainda outras razões, embora algumas, se enquadrassem nas respostas propostas: “A nossa empresa ainda é pequena e ainda não atingiu esse estadio de desenvolvimento”; ”Feito centralmente pela casa mãe”; “Relatório não solicitado”.

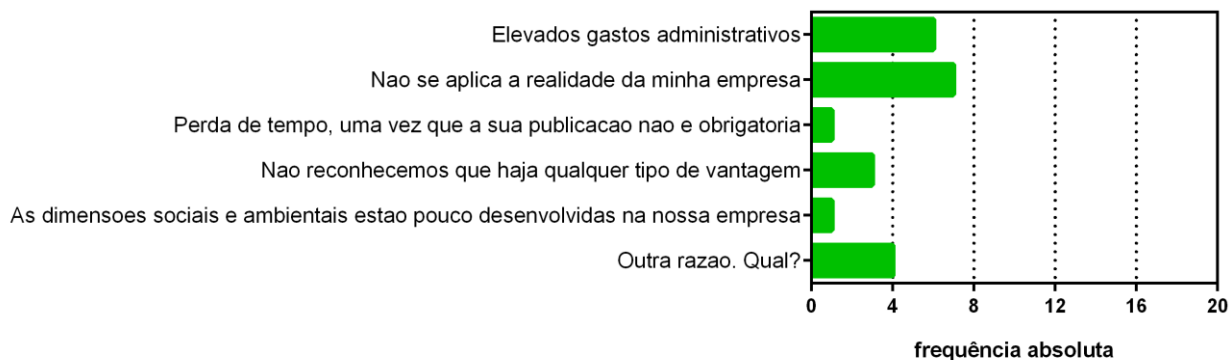


Gráfico 12 - Motivações para a não publicação de relatórios de sustentabilidade (n=20)

Pretende-se também averiguar se estas empresas apesar de justificarem as suas razões para a não publicação de relatórios de sustentabilidade, estão interessadas num curto prazo a implementar esta prática nas suas empresas. Constata-se que 55% destas empresas não têm planos neste sentido, 25% assumem implementar esta ferramenta só em caso do relatório de sustentabilidade se tornar obrigatório, apenas 20% destas empresas revelam ter intenção de elaborar e publicar relatórios de sustentabilidade no máximo dentro de 3 anos.

Depois de apresentados os resultados do estudo, será importante verificar se existe evidência estatística em algumas variáveis, para que possamos retirar conclusões para a população em estudo.

Como referido na metodologia será utilizado o teste de independência do Qui-Quadrado. Segundo Marôco (2011), este teste analisa a relação global entre duas variáveis qualitativas assim como analisa a relação de independência entre variáveis (idades, sector de atividade, departamento responsável pela elaboração com o papel que o TOC desempenha na elaboração dos relatórios de sustentabilidade). O teste aqui aplicado a apenas demonstra se há relação ou não entre as variáveis.

Desta forma testaram-se as seguintes hipóteses:

Hipótese 1: *Existem diferenças significativas entre empresas mais novas e com mais idade quanto à utilização da informação produzida pelo Técnicos Oficiais de Contas na elaboração dos relatórios de sustentabilidade.*

Comparou-se através do teste do Qui-Quadrado se existem diferenças na utilização da informação produzida pelo TOC, nas empresas mais velhas (i.e., com mais de 31 anos de atividade) quando comparadas com as mais novas. Como a estatística de teste (Chi-quadrado de Pearson) tem um valor p associado de 0,080 (superior ao nível de significância de 0,05), não há evidências de que a utilização da informação produzida pelo TOC na elaboração dos relatórios de sustentabilidade seja diferente entre empresas mais novas e com mais idade. (Apêndice 2)

Hipótese 2: *Existe evidência que quando o relatório de sustentabilidade é preparado em departamento específico (e.g., de sustentabilidade ou ambiental), o TOC integra as equipas de preparação.*

Recorreu-se ao teste do Qui- Quadrado (Apêndice 3) para aferir se o TOC é mais vezes integrado nas equipas de preparação do relatório de sustentabilidade quando o departamento responsável pela sua preparação é o de sustentabilidade. Como a estatística de teste (Chi-quadrado de Pearson) tem um valor p de 0,292 (superior ao nível de significância de 0,05), não temos evidência estatística que quando departamento de sustentabilidade é o responsável pela elaboração do relatório de sustentabilidade o TOC não é mais vezes integrado nas equipas de trabalho.

Hipótese 3: *Existe diferenças significativas nas empresas que publicam relatórios de sustentabilidade e sector de atividade a que pertencem.*

Comparou-se através do teste do Qui-Quadrado (Apêndice 4) se existem diferenças no número publicações de relatórios de sustentabilidade nas empresas de serviços e nas empresas industriais. Como a estatística de teste (Chi-quadrado de Pearson) tem um valor p associado de 0,486 (superior ao nível de significância de 0,05), não há evidências de que as empresas de um sector publicam mais relatórios de sustentabilidade que outro.

Hipótese 4: *Existe diferenças no papel que o TOC exerce na elaboração do relatório de sustentabilidade entre empresas com mais versus menos idade.*

Desta forma, comparou-se através do teste do Qui-Quadrado (Apêndice 5) se existem diferenças na escolha do papel do TOC entre as empresas mais velhas e mais novas. Como a estatística de teste (Chi-quadrado de Pearson) tem um valor p de 0,521 (superior ao nível de significância de 0,05) não temos evidência estatística que consoante a idade das empresas existam diferenças no papel que o TOC desempenha na elaboração do relatório de sustentabilidade.

Depois de analisadas as hipóteses poderemos dizer que não são fatores como a idade da empresa que influenciam a participação (ou não) do Técnico oficial de Contas ou da informação produzida por este, na elaboração do relatório de sustentabilidade. Do mesmo modo, não é pelo facto de ser um departamento específico a elaborar o relatório de sustentabilidade que define se este participa neste processo de uma forma mais (ou menos) ativa. Assim, pode-se afirmar que não existe evidência estatística para demonstrar quais os fatores que influenciam o papel do TOC na elaboração de relatórios de sustentabilidade. A função por si desempenhada, pode depender de uma decisão da administração ou até mesmo da sua própria vontade.

5. CONCLUSÃO

A sustentabilidade nasce de um contexto internacional em que diversos temas como direitos humanos, direito dos trabalhadores, meio ambiente e desenvolvimento sustentável são imensamente discutidos e que daqui resultam normas que orientam as empresas na definição do seu próprio conceito de sustentabilidade. (Dias, 2009). Ao longo dos anos têm existido diversas organizações (OIT, ONU, OCDE, AccountAbility, ISO, GRI, Global Compact) preocupadas não em padronizar o relato da sustentabilidade mas na tentativa de orientar a divulgação de matérias de natureza não económica.

O relatório de sustentabilidade constitui, assim, uma forma de divulgação das práticas de responsabilidade social. Após a apresentação e análise dos resultados verifica-se que em Portugal a publicação de relatórios de sustentabilidade tem vindo a aumentar. Verificou-se ainda que as empresas nacionais que mais se preocupam com esta temática, são as empresas do sector de “Outros serviços”, “Comércio e distribuição” e ainda as empresas do sector “Alimentar e bebidas” e que cada vez mais optam por relatar este tipo de informação num relatório independente. Por outro lado, são as diretrizes GRI as normas mais seguidas para a elaboração dos relatórios de sustentabilidade.

Elaborar relatórios de sustentabilidade tornou-se um dever ético para as grandes empresas, por forma a ganhar a confiança dos seus *stakeholders* e a melhorar a sua reputação. As empresas reconhecem que para este tipo de relatórios é necessário adquirir recursos humanos adicionais, e que provoca alguns constrangimentos ao nível dos recursos disponíveis. Neste contexto também se destaca uma ligeira alteração no departamento responsável pela sua elaboração, as empresas começaram a ser mais rigorosas no que diz respeito ao departamento a quem delegam esta responsabilidade, deixando de estar a cargo de gabinetes de marketing e comunicação.

O TOC deve ser visto muito mais para além de uma obrigação legal. O TOC constitui uma mais-valia na organização e na gestão das empresas e uma significativa ajuda para o empresário que representa, pois conhece os pontos fortes e fracos das suas empresas. Com este estudo começa-se a perceber o papel do TOC no processo de elaboração de relatórios de sustentabilidade nas Maiores e Melhores empresas Portuguesas, a sua

estreita ligação com a informação de cariz financeiro proporcionará a este profissional mais uma área de negócio. É certo que ainda há um longo caminho a percorrer uma vez que nos dias de hoje este tipo de relatórios ainda estão “vedados” à maioria do tecido empresarial português, constituído por pequenas e médias empresas. Assim, constitui uma oportunidade do TOC enriquecer as suas funções a participar mais ativamente na vida das PME, como difusor da responsabilidade social.

Contudo, com uma amostra apenas de 35 empresa, considera-se que os dados recolhidos não são suficientes para se poder generalizar as respostas ao nível da população. No âmbito da amostra, não se conseguiu obter evidência empírica acerca de qual o papel que o Técnico Oficial de Contas exerce na elaboração do Relatório de sustentabilidade. Desta forma concluímos que não existe relação entre a escolha da função do TOC e as variáveis tidas em conta no estudo, isto é com o departamento responsável pela elaboração do relatório de sustentabilidade, com sector de atividade e até mesmo com idade da empresa.

Desta forma, este estudo apresenta algumas limitações, nomeadamente o facto de a amostra ser reduzida, sendo que, as conclusões que advêm deste trabalho devem ser assim interpretadas com alguma prudência.

Em futuras investigações deverá existir uma tentativa de aumentar o tamanho da amostra. Por outro lado, poder-se-ia também alargar este estudo às PME, para verificar se estas práticas só se desenvolvem ao nível das grandes empresas ou também já constitui uma prática corrente nas PME.;

BIBLIOGRAFIA

AccountAbility (2008). *Principles Standards.UK*. Acedido em <http://www.accountability.org/images/content/0/7/074/AA1000APS%202008.pdf> (20/11/2012)

A sustentabilidade como fator de união (2013). *Revista TOC*, nº 162, 13 – 17.

BCSD Portugal. (2006). *Relatórios de Sustentabilidade – Motivações e Impactos*. BCSD Portugal: Lisboa. Disponível em <http://www.bcsdportugal.org/wp-content/uploads/2013/11/YMT-2006-Relatorios-Sustentabilidade-Motivacoes-Impactos.pdf> (2/11/2012)

BCSD Portugal. (2002). *Comunicar o desenvolvimento sustentável- Encontrar o equilíbrio*. Lidergraf: Lisboa. Acedido em <http://www.bcsdportugal.org/publicacao/comunicar-o-desenvolvimento-sustentavel>. (2/11/2012)

Bonacho, V. (2012, 1 de novembro). A profissão de Técnico Oficial de Contas é de grande risco: Grande entrevista a Domingues de Azevedo. *País Económico*. Disponível em <http://www.otoc.pt/fotos/editor2/paiseconomico16nov.pdf> (25/10/2013).

Caseirão, M. (2012). Responsabilidade Social e empresarial. *Revista TOC*, 147, 55-61.

Carroll, A. B. (1979). A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *Academy of Management Review*, 4(4), 497-505.

Carroll, A. B. (1991). The pyramid of corporate social responsibility: Toward the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, 34(4), 39-48.

Carroll, A. B. (1998). The four faces of corporate citizenship. *Business & Society Review* (100/101), 1-7.

Comissão das Comunidades Europeias (2001). *Livro Verde – Promover um quadro europeu para a responsabilidade social das empresas*. (COM (2001) 366 final). Bruxelas. Acedido em http://europa.eu/documentation/official-docs/green-papers/index_pt.htm (20/11/2012)

Comissão Europeia. (2002). *Um contributo das empresas para o desenvolvimento sustentável*. (Comunicação da Comissão relativa à responsabilidade social das Empresas: COM(2002) 347 final). Acedido em [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0347:FIN:PT:PDF) COM:2002:0347:FIN:PT:PDF (20/11/2012).

Comissão Europeia. (2011). Responsabilidade social das empresas: uma nova estratégia da UE para o período de 2011-2014. (Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões, COM (2011) 681 final, Bruxelas). Acedido em [http://www.europarl.europa.eu/RegData/docs_autres_institutions/commission_europeenne/com/2011/0681/COM_COM\(2011\)0681_PT.pdf](http://www.europarl.europa.eu/RegData/docs_autres_institutions/commission_europeenne/com/2011/0681/COM_COM(2011)0681_PT.pdf) (20/11/2012).

Dias, A.C.G. (2009). O Relato de sustentabilidade Empresarial: Evidência Empírica nas empresas cotadas em Portugal. *Contabilidade e Gestão. Portuguese Journal of Accounting and Management*, 8, 111-150.

Garriga, E., Melé, D. (2004). Corporate Social Responsibility Theories: Mapping the Territory. *Journal of Business Ethics*, 53, 51-71.

Guerreiro, A. (2012). O Relato da Sustentabilidade, o Técnico Oficial de Contas e a OTOC. *IV Congresso dos TOC Uma nova atitude*, 14-15 setembro, Évora.

Guimarães, J. (2009). A prestação de contas e a IES. *Revista TOC*, 28 – 35.

Global Reporting Initiative [GRI] (2006). Diretrizes para a elaboração de Relatórios de Sustentabilidade (Versão Portuguesa), Amsterdão. Acedido em <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Portuguese-G3-Reporting-Guidelines.pdf> (5/6/2013).

Gray (2006). Social, environmental and sustainability reporting and organisational value creation? Whose value? Whose creation? *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 6, 707-819.

International Organization for Standardization [ISO 26000] (2010). *Discovering ISO 26000*. Génève. Acedido em http://www.iso.org/iso/discovering_iso_26000.pdf (21/10/2012).

- Investir no papel social da contabilidade (2012). *Revista TOC*, nº 150, 27 – 30.
- Lima, A., Leal, S., & Faria, J. (2013). O papel do Técnico Oficial de Contas na elaboração de relatórios de sustentabilidade: Um estudo aplicado às 500 maiores empresas portuguesas. Comunicação apresentada no *III Congresso Internacional de Verão: Europa cidadã – pessoas, empresas e instituições*, 6-7 de setembro, Universidade de Évora.
- Leal, S. (2012). *As Perceções de Responsabilidade Social das Empresas e o Capital Psicológico como Antecedentes do Empenhamo e do Desempenho*. Tese de Doutoramento em Gestão de Empresas, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Malthus, R. T (1798). *An Essay on the Principle of Population, As it Affets The Future Improvement of society*. J. Johnson: Londres.
- Marôco, J. (2011). *Análise Estatística com o SPSS Statistics*. Pêro Pinheiro: Report Number.
- Nações Unidas (1945). *Carta das Nações Unidas*. S. Francisco. Acedido em <http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/Tratados/carta-onu.htm> (3/06/2013).
- Nações Unidas. (1992). *Agenda 21, Declaração do rio sobre ambiente e desenvolvimento*. Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento. Rio de Janeiro. Disponível em <https://dspace.ist.utl.pt/bitstream/2295/367239/1/Agenda21-PT.pdf> (1/05/2013)
- OECD (2011). *OECD Guidelines for Multinational Enterprises*. OECD Publishing, Paris. Disponível em <http://www.oecd.org/daf/inv/mne/48004323.pdf>. (1/05/2013)
- OIT (1998). Declaração da OIT relativa aos princípios e direitos fundamentais no trabalho e respetivo acompanhamento (86ª sessão da Conferência internacional do trabalho. Acedido em http://www.dgert.mtss.gov.pt/conteudos%20de%20ambito%20geral/oit/doc_oit/oit_declaracao.pdf. (1/05/2013)
- KPMG (2007). *Estudo da KPMG sobre a publicação de Relatórios de Sustentabilidade em Portugal: Resultado do inquérito às maiores empresas em Portugal 2006*. KPMG Advisory – Consultores de Gestão, Portugal. Acedido em

<http://www.bcsdportugal.org/estudo-sobre-a-publicacao-de-relatorios-de-sustentabilidade-em-portugal/576.htm> (2/11/2012).

KPMG (2011). *KPMG International Survey of Corporate Responsibility Reporting 2011*. KPMG International. Disponível em <http://www.kpmg.com/PT/en/IssuesAndInsights/Documents/corporate-responsibility2011.pdf> (4/11/2012)

Kraemer, M (2005). A Contabilidade como alavanca na construção do desenvolvimento sustentável. Acedido em <http://www.gestiopolis.com/recursos4/docs/ger/contdessus.htm> (20/11/2013).

Revista Exame (2012). 500 Maiores & Melhores Empresas. *Revista Exame*, Edição Especial 2012, 90-112.

Rodgers, G. Swepston, L. Lee, E. Daele, J. (2009). *The International Labour Organization and the quest for social justice, 1919-2009*. Paperback edition. Switzerland

Pedersen, E. R. (2008). Modelling CSR: How managers understand the responsibilities of business towards society. *Copenhagen Business School Working Paper Series, Working Paper n. 01-2008*. Acedido em <http://ir.lib.cbs.dk/download/ISBN/9788792114037.pdf> (10/12/2013).

Santos, M.; Silva, J.; Sampaio, J.; Henriques, P.; Eusébio, C. (2005). *Desenvolvimento Sustentável e Responsabilidade Empresarial*. Oeiras: Celta Editora

Serens, M. (2013). *Código das Sociedades Comerciais* (28ª Edição). Coimbra Edições Almedina.

Social Accountability International [SAI] (2008). *SA8000*. Acedido em http://www.sai-intl.org/_data/n_0001/resources/live/2008StdPortugese.pdf (4/11/2012).

Sousa, M. & Batista, C. (2011). *Como fazer Investigação, Dissertações, Teses e Relatórios*. Lisboa: Pactor.

Schwartz, M. S. & Carroll, A. B. (2003). Corporate social responsibility: A three-domain approach. *Business Ethics Quarterly*, 13(4), 503-530.

United Nations (2004). *Global Compact*. Acedido em <http://www.unglobalcompact.org/AboutTheGC/TheTenPrinciples/index.html> (4/11/2012).

Williams, B.R., Wilmshurst, T. & Clift, R. (2009). *Sustainability Reporting in Local Government – A Preliminary Analysis*, 8th Australasian Conference on Social and Environment Accounting Research (CSEAR 2009), 6th – 8th December 2009, New Zealand.

Williams, B. R., Wilmshurst, T. D., & Clift, R. C. (2010). *The Role of Accountants in Sustainability Reporting-A Local Government Study*. In Asia Pacific Interdisciplinary Research in Accounting Conference (APIRA) (p. EJ), Austrália.

World Commission on Environment and Development (1987), *Our common Future*. Oxford: Oxford University Press.

APÊNDICES

Apêndice 1 –Idade das empresas

Idade_Empresa				
	Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
1 31 ou mais	12	80,0	80,0	80,0
Valid 2 entre 11 a 20 anos	3	20,0	20,0	100,0
Total	15	100,0	100,0	

Apêndice 2 – Estatística de teste Qui-quadrado (Informação produzida pelo TOC/ Idade da empresa)

Resumo do processamento de caso

	Casos				
	Válido		Ausente		Total
	N	Percentagem	N	Percentagem	N
P14 * Idade_Empresa	15	42,9%	20	57,1%	35

Resumo do processamento de caso

	Casos	
	Total	
	Percentagem	
P14 * Idade_Empresa	100,0%	

P14 * Idade_Empresa Tabulação cruzada

		Idade_Empresa		Total
		31 ou mais	entre 11 a 20 anos	
P14	Contagem	2	2	4
	não Expected Count	3,2	,8	4,0
	Residual padrão	-,7	1,3	
sim	Contagem	10	1	11
	Expected Count	8,8	2,2	11,0
	Residual padrão	,4	-,8	
Total	Contagem	12	3	15
	Expected Count	12,0	3,0	15,0

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Chi-quadrado de Pearson	3,068 ^a	1	,080		
Correção de continuidade ^b	1,044	1	,307		
Razão de probabilidade	2,765	1	,096		
Fisher's Exact Test				,154	,154
Associação Linear por Linear	2,864	1	,091		
N de Casos Válidos	15				

a. 3 células (75,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,80.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

Apêndice 3 – Estatística de teste Qui-quadrado (Participação do TOC/Departamento responsável pela elaboração do relatório de sustentabilidade)

Resumo do processamento de caso

	Casos				
	Válido		Ausente		Total
	N	Percentagem	N	Percentagem	N
P15 * Depart_sustentab	15	42,9%	20	57,1%	35

Resumo do processamento de caso

	Casos
	Total
	Percentagem
P15 * Depart_sustentab	100,0%

P15 * Depart_sustentab Tabulação cruzada

		Depart_sustentab		Total
		Não	Sim	
P15	Contagem	4	8	12
	Não Expected Count	4,8	7,2	12,0
	Residual padrão	-,4	,3	
	Contagem	2	1	3
	Sim Expected Count	1,2	1,8	3,0
	Residual padrão	,7	-,6	
Total	Contagem	6	9	15
	Expected Count	6,0	9,0	15,0

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Chi-quadrado de Pearson	1,111 ^a	1	,292		
Correção de continuidade ^b	,156	1	,693		
Razão de probabilidade	1,095	1	,295		
Fisher's Exact Test				,525	,341
Associação Linear por Linear	1,037	1	,309		
N de Casos Válidos	15				

a. 3 células (75,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 1,20.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

Apêndice 4 – Estatística de teste Qui-quadrado (Publicação de relatórios de sustentabilidade/ Indústria ou Serviços)

Resumo do processamento de caso

	Casos				
	Válido		Ausente		Total
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N
Publica_relatório * Indústria_serviços	35	100,0%	0	0,0%	35

Resumo do processamento de caso

	Casos	
	Total	Porcentagem
	publica_relatorio * Industria_serviços	35

Publica_relatório * Indústria_serviços Tabulação cruzada

			Indústria_serviços		Total
			Indústria	serviços	
Publica_relatório	Não	Contagem	9	11	20
		Expected Count	8,0	12,0	20,0
		Residual padrão	,4	-,3	
	Sim	Contagem	5	10	15
		Expected Count	6,0	9,0	15,0
		Residual padrão	-,4	,3	
Total	Contagem	14	21	35	
	Expected Count	14,0	21,0	35,0	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Chi-quadrado de Pearson	,486 ^a	1	,486		
Correção de continuidade ^b	,122	1	,727		
Razão de probabilidade	,490	1	,484		
Fisher's Exact Test				,728	,365
Associação Linear por Linear	,472	1	,492		
N de Casos Válidos	35				

a. 0 células (0,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é 6,00.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

Apêndice 5 – Estatística de teste Qui-quadrado (Papel do TOC/ Idade da empresa)

Resumo do processamento de caso

	Casos				
	Válido		Ausente		Total
	N	Porcentagem	N	Porcentagem	N
Idade_Empresa * p17	11	31,4%	24	68,6%	35

Resumo do processamento de caso

	Casos	
	Total	
	Porcentagem	
Idade_Empresa * p17	100,0%	

Idade_Empresa * Papel do TOC - Tabulação cruzada

			Papel do TOC		Total
			P7	P8	
Idade_Empresa	31 ou mais	Contagem	3	7	10
		Expected Count	2,7	7,3	10,0
		Residual padrão	,2	-,1	
	entre 11 a 20 anos	Contagem	0	1	1
		Expected Count	,3	,7	1,0
		Residual padrão	-,5	,3	
Total	Contagem	3	8	11	
	Expected Count	3,0	8,0	11,0	

Testes de chi-quadrado

	Valor	df	Sig. Assint. (2 lados)	Sig exata (2 lados)	Sig exata (1 lado)
Chi-quadrado de Pearson	,413 ^a	1	,521	1,000	,727
Correção de continuidade ^b	,000	1	1,000		
Razão de probabilidade	,674	1	,412		
Fisher's Exact Test					
Associação Linear por Linear	,375	1	,540		
N de Casos Válidos	11				

a. 3 células (75,0%) esperam contagem menor do que 5. A contagem mínima esperada é ,27.

b. Computado apenas para uma tabela 2x2

Apêndice 6 – Questionário



Instituto Politécnico de Santarém Escola Superior de Gestão e Tecnologia

Questionário

O papel dos TOC na elaboração de Relatórios de Sustentabilidade

Este questionário faz parte de uma investigação realizada no âmbito de uma dissertação de mestrado.

Note que a informação recolhida é confidencial.

Este questionário visa efetuar um diagnóstico da publicação de relatórios de sustentabilidade em Portugal. No que se segue as designações relatório de sustentabilidade, relatório de responsabilidade social e cidadania empresarial são usados de forma indistinta.

I – Publicação de relatórios de sustentabilidade

1 – A sua empresa elabora e publica relatórios de sustentabilidade (de responsabilidade social ou de cidadania empresarial)? (Assinale com um “x” a sua resposta)

- Sim
- Não

Se responder Não passe s.f.f. para a questão n.º21, caso contrário prossiga até à questão 2.

2 – O conteúdo do relatório abrange quais das seguintes áreas? (Assinale com um “x” todas as áreas que se apliquem).

Considere para efeitos de classificação, os seguintes conceitos:

Ambiental – Informação sobre volume de produção, materiais utilizadas, consumo de energia, emissão e descargas de resíduos, consumo de água

Social – Capital humano, formação, desenvolvimento profissional, saúde e segurança no trabalho, equilíbrio vida pessoal/profissional, diversidade

Económica – Informação sobre volume de vendas, exportações, investimentos, volume de negócios

- Ambiental
- Social
- Económica
- Outra _____

3 - Com que periodicidade a empresa publica os relatórios de sustentabilidade? (Assinale com um “x” a sua resposta)

- Trimestralmente
- Anualmente
- De 2 em 2 anos
- Outra. Qual? _____

4 – Em que ano a sua empresa começou a publicar relatórios de sustentabilidade?

(Assinale com um “x” a sua resposta)

	Ambiental	Social	Económica	Outra Área
2012	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2011	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2010	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2009	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2008	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Anterior a 2008	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Não publico nesta área	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5 – Na sua empresa, qual a entidade que faz a publicação dos relatórios de sustentabilidade? (Assinale com um “x” a sua resposta)

- Empresa Mãe
- Empresa Participada
- Subsidiária local
- Outra. Qual?

6 – Qual das opções melhor descreve onde o relatório de sustentabilidade é publicado?

(Assinale com um “x” a sua resposta)

- Inclusão de um capítulo no relatório de contas
- Em relatório independente
- Informação disponível área do *website* da empresa
- Outra. Qual?

7 – Identifique a importância dos seguintes aspetos enquanto fatores motivacionais para a publicação do relatório de sustentabilidade? Utilize a escala de 1 a 5, sendo 1 nada importante e 5 muito importante.

	Nada Importante	Pouco Importante	Neutro	Importante	Muito Importante
Económicas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Éticas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inovação/ aprendizagem	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Motivação colaboradores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Risco	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Acesso a capital	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reputação/Marca	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quota de mercado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8 – Na sua opinião, quais os benefícios que a publicação do relatório de sustentabilidade traz ou pode trazer à sua empresa. (Assinale com um “x” apenas 3 respostas)

- Melhorar o desempenho operacional e de gestão
- Ganhar a confiança dos stakeholders
- Melhorar a reputação
- Cumprir exigências internas ou externas
- Melhorar a gestão de risco
- Capacidade de comparar desempenhos
- Aumentar o controlo sobre a informação ambiental
- Criar oportunidades de mercado
- Não traz qualquer benefício
- Outro

9 - Quais as principais dificuldades que identifica aquando da elaboração de um relatório de sustentabilidade? (Assinale com um “x” apenas 3 respostas)

- Custos e constrangimentos ao nível dos recursos disponíveis
- Necessidade de recursos adicionais
- Inexistência de indicadores
- Empresa pertence a um grupo com várias subsidiárias
- Inexistência de departamento de sustentabilidade/ambiente
- Custos da verificação externa
- Falta de envolvimento da gestão de topo
- Necessidade de transparência na informação a publicar
- Aprovação da gestão
- Outros

10 –Na elaboração do relatório de sustentabilidade quais são as normas que aplica? (Assinale com um “x” os normativos aplicados).

- GRI (Global Reporting Initiative)
- Princípios da Global Compact das nações Unidas
- Declaração dos direitos Humanos das Nações Unidas
- AA1000 (AccountAbility)
- Diretrizes para empresas multinacionais da Organização para a cooperação e o desenvolvimento económico. (Normas da OCDE)
- ISO 26000 (International Standard)
- Princípios da OIT
- Outras? Quais?

11 – Quão importantes são as normas da Global Reporting Initiative (GRI) para a elaboração do relatório de sustentabilidade? Utilize a escala de 1 a 5, sendo 1 nada importante e 5 muito importante.

Segundo a GRI (2006), “a estrutura de relatórios da GRI visa servir como estrutura globalmente aceite para a elaboração de relatórios sobre o desempenho económico, ambiental e social de uma organização. Foi concebida para ser utilizada por organizações de qualquer dimensão, sector ou localização e tem em consideração os aspetos práticos com que se deparam inúmeras

organizações, desde pequenas empresas até multinacionais com operações variadas e geograficamente dispersas”.

	Nada Importante	Pouco Importante	Neutral	Muito Importante	Muito Importante
Normas GRI	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

12 - Qual a definição de desenvolvimento sustentável que utiliza na elaboração do seu relatório de sustentabilidade. (Assinale com um “x” a sua resposta)

- Relatório de Brundtland
- Livro Verde
- ISO 14000
- AA 1000
- ISO 26000
- Outra. Qual?

13 – Na sua empresa, qual o departamento responsável pela preparação do relatório de sustentabilidade? (Assinale com um “x” a sua resposta)

- Departamento financeiro
- Departamento ambiental
- Departamento comercial
- Departamento de sustentabilidade
- Outro. Qual?

II - PAPEL DESEMPENHADO PELO TOC NA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

14 – Na elaboração e preparação do seu relatório de sustentabilidade a sua empresa utiliza a informação produzida pelo seu Técnico Oficial de Contas (TOC)? (Assinale com um “x” a sua resposta)

- Sim
- Não

15 – Na sua empresa, o TOC faz parte integrante das equipas de elaboração e preparação do relatório de sustentabilidade? (Assinale com um “x” a sua resposta)

- Sim
- Não

Se responder Não passe s.f.f. para a questão n.º18, caso contrário prossiga para a questão 16.

16 - Porque são usados os TOC para elaborar o relatório de sustentabilidade? (Assinale com um “x” apenas 3 respostas)

- Porque são necessárias competências analíticas
- Porque é necessário ter alguém com experiência na elaboração de relatórios.
- Porque é necessário alguém com competências de planeamento e desenvolvimento
- Para ter acesso imediato à viabilidade financeira
- Para gerir o processo orçamental
- Para fazer uma extensão dos relatórios financeiros
- Porque mais ninguém está disponível
- Outra razão. Qual? _____

17 - Qual é o papel que o TOC representa no processo de elaboração do relatório de sustentabilidade? (Assinale com um “x” a sua resposta)

- Prepara o relatório de sustentabilidade
- Decisor- chave
- Papel de consultor
- Contabilista
- Papel de coordenação
- Auxiliar nos gastos financeiros
- Parte integrante da equipa que elabora o relatório de sustentabilidade
- Apenas fornece informações de carácter financeiro

18 - Porque é que o seu TOC não participa na elaboração do seu relatório de sustentabilidade. (Assinale com um “x” a sua resposta).

- Nunca utilizamos os Técnicos Oficiais de Contas para esse fim
- Estão sempre ocupados com outro tipo de relatórios
- Não têm experiência em relatórios de sustentabilidade
- Têm honorários muito caros
- As suas competências são irrelevantes nesta matéria
- Outra razão. Qual?

III - VERIFICAÇÃO DOS RELATÓRIOS

19 - O seu relatório de sustentabilidade está sujeito a verificação externa? (Assinale com um “x” a sua resposta)

- Sim
- Não

20 - Se sim, quais as normas de verificação que utiliza? (Assinale com um “x” a sua resposta)

- ISAE 3000 (International Standard on Assurance Engagements 3000)
- AA 1000 (AccountAbility 1000)
- ISO 14000
- SA 8000
- Outra. Qual? ____

21 - Se sim, qual a entidade que garante essa verificação? (Assinale com um “x” a sua resposta)

- Delloite & Associados, SROC SA
- KPMG & Associados, SROC SA
- Pricewaterhousecoopers
- Outra. Qual?

22 – Indique o fator que mais releva para que a sua empresa a não elabore e publique relatórios de sustentabilidade? (Assinale com um “x” a sua resposta)

- Elevados gastos administrativos
- Não se aplica à realidade da minha empresa
- Perda de tempo, uma vez que a sua publicação não é obrigatória
- Não reconhecemos que haja qualquer tipo de vantagem
- As dimensões sociais e ambientais estão pouco desenvolvidas na nossa empresa
- Outra razão. Qual?

23 – Apesar de não publicar relatórios de sustentabilidade, existe alguma possibilidade de nos próximos anos o vir a fazer? (Assinale com um “x” a sua resposta)

- Sim, temos vontade de o fazer dentro de no máximo 3 anos
- Não, não temos planos nesse sentido
- Apenas o faremos se for obrigatório

IV – Identificação da empresa

Agradecemos, agora, que nos facultasse alguns elementos a seu respeito:

Nome da empresa (informação Facultativa e confidencial): _____
Tipo de empresa: <input type="checkbox"/> SA <input type="checkbox"/> Lda <input type="checkbox"/> Outra .Qual?_____
Idade da empresa: <input type="checkbox"/> Até 5 anos <input type="checkbox"/> 6-10 <input type="checkbox"/> 11-20 <input type="checkbox"/> 21-30 <input type="checkbox"/> 31 ou mais anos
N.º de pessoas ao serviço (a 31 de dezembro de 2012): <input type="checkbox"/> até 10 <input type="checkbox"/> 10 – 49 <input type="checkbox"/> 50 – 249 <input type="checkbox"/> 250 – 499 <input type="checkbox"/> 500 ou mais
Volume de vendas (do último relatório e contas conhecido): <input type="checkbox"/> <= 2 milhões de euros <input type="checkbox"/> <= 10 milhões de euros <input type="checkbox"/> <= a 50 milhões de euros <input type="checkbox"/> > 50 Milhões de euros
Sector de atividade: <input type="checkbox"/> Transportes <input type="checkbox"/> Construção e produção de materiais de construção <input type="checkbox"/> Comércio e distribuição <input type="checkbox"/> Banca, Seguros e Serviços financeiros <input type="checkbox"/> Metalomecânica e engenharia <input type="checkbox"/> Imobiliário

- Químico
- Alimentar e bebidas
- Comunicação e Media
- Petrolífero e Gás
- Silvicultura, pasta e papel
- Outros Serviços

Indique a sua função (função da pessoa que respondeu ao questionário):

- Administração / Diretor geral
- Diretor de departamento financeiro
- Diretor de departamento de comunicação
- Director do departamento de Recursos Humanos
- Diretor de departamento de Responsabilidade Social/Sustentabilidade
- Técnico Oficial de Contas
- Outro Qual? _____

Obrigada pela sua colaboração.